

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE HISTÓRIA

RELATÓRIO
ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Disciplina: Prática de Ensino de História

Professor: Alarcon Agra do Ó

Orientadora: Eronides Câmara Donato

Aluna: Natália Rodrigues de Melo – 95233757/6

Período: 2000.1

Campina Grande, outubro de 2000



Biblioteca Setorial do CDSA. Abril de 2024.

Sumé - PB

AGRADECIMENTOS

À DEUS

“Na procura do meu ideal percorri veredas com passos tímidos e inseguros, e Tu, com Tua grandiosidade me fizeste substituir aos poucos a incerteza pela segurança, o medo pela vitória.

Foste tornando-me forte e hoje, descortina-se para mim um futuro de amplos horizontes, um universo a ser conquistado.

Senhor na alegria da vitória sinto-me mais forte e, em agradecimento a tantas bênçãos recebidas, ofereço-Te o meu futuro. **MUITO OBRIGADO SENHOR.**”

À MEU PAI (In memorian)

Um dia a perda, insidioso da dor.... Hoje a felicidade de saber que em todos os momentos você esteve ao meu lado, segurando a minha MÃO.

Agradeço-te por mais essa conquista, pois o teu amor, a tua lembrança me fazem sentir que você ainda vive em mim, **SEMPRE.**

À MINHA MÃE

Que me deu o dom da vida e que me acompanhou a cada momento da minha existência, dando-me força e coragem para que eu pudesse vencer cada obstáculo que surgia ao longo da minha caminhada

Que sempre esteve a minha disposição, tentando solucionar os meus problemas, tentando me proteger de tudo que poderia afligir e magoar meu coração.

À você mãe, que me ensinou que a vida não é feita só de vitórias, mais também de desilusões. Obrigado pelo amor, dedicação compreensão, enfim abrigado por ser minha MÃE!

AOS PROFESSORES

Especialmente a Alarcon Agra do Ó e Eronides Câmara Donato, pela paciência, dedicação e competência.

ÀS COLEGAS

Manuela, Robéria e Wanine, por estarmos juntas na Prática de Ensino estabelecendo um vínculo de amizade que irá ficar para sempre na minha memória.

À Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Severino Cabral, por ter me dado a oportunidade de realizar o Estágio Supervisionado.

MUITO OBRIGADA A TODOS!!!

SUMÁRIO

Apresentação	01
Capítulo I: “Estágio Supervisionado: a aliança entre teoria e prática”	02
Capítulo II: Consideração sobre avaliação	14
Capítulo III: “A disciplina em sala de aula”	20
Considerações finais	31
Referências bibliográficas	32
Anexos	33

APRESENTAÇÃO

Neste relatório quero expor a minha experiência na Prática de ensino/Estágio Supervisionado, que se caracteriza pela realização de aulas em escolas públicas onde é dada ao professor/estagiário, a oportunidade de relacionar a teoria à prática.

O relatório está dividido em três capítulos: no primeiro capítulo procuro relatar a minha experiência no estágio Supervisionado destacando a observação realizada na escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Severino Cabral, a metodologia utilizada por mim nas aulas, os conteúdos trabalhados, os recursos didáticos.

No segundo capítulo faço algumas considerações sobre a avaliação, pois acho que ela é o momento mais importante do processo ensino-aprendizagem.

No terceiro capítulo faço uma discussão sobre a disciplina em sala de aula. Neste capítulo quero chamar a atenção do leitor porque utilizei duas matrizes teóricas, a de Claudius Ceccon e a de Michel Foucault. São duas leituras diferentes para explicar a disciplina na escola.

Quero deixar claro que neste terceiro capítulo não tenho a intenção de “esgotar” o assunto sobre disciplina, mesmo por que eu tive dificuldade em encontrar uma bibliografia que abordasse esse tema com mais especificidade.

Procuro neste relatório mostrar de forma clara e objetiva a minha experiência no Estágio Supervisionado onde “descobrir” as implicações de ser uma professora de História.

CAPÍTULO I

“Estágio Supervisionado: A ALIANÇA ENTRE A TEORIA E PRÁTICA”

“O Senhor...mire e veja, o mais importante e bonito é isto, que as pessoas não estão sempre iguais; não foram” terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam verdade Maior. É o que a vida me ensinou.”

(Guimarães Rosa)

Neste capítulo relato a minha experiência na Prática de Ensino/Estágio Supervisionado. Ao longo deste, procuro mostrar como se deu o meu trabalho no estágio, a saber: o lugar da prática pedagógica, o significado da experiência enquanto professora/estagiária, a metodologia utilizada, os recursos didáticos e as relações de poder entre outras preocupações que estão presentes nas abordagens educacionais.

Começarei falando que a Prática de Ensino aliado ao Estágio Supervisionado é o momento final da Licenciatura em história. Esse momento, na minha opinião, é singular, pois é o momento de colocar em ação a teoria e a prática, não buscando a separação entre esses dois aspectos e sim a unidade. A Prática de Ensino tem como principal objetivo preparar o licenciado para o exercício do magistério em determinada área do conhecimento.

No entanto, considero esse preparo muito fragmentado porque a meu ver, é muito difícil o professor/estagiário conhecer a realidade educacional em um curto espaço de tempo, como foi o meu caso, quando desenvolvi o estágio em apenas um mês. Muitas vezes não há preparo e sim frustração, mesmo porque não há tempo para se conhecer a realidade da escola, como também não há tempo para se resolver os problemas que surgem em sala de aula. Assim, o conhecimento da realidade escolar através dos estágios não tem favorecido reflexões sobre uma prática criativa e transformadora nem possibilitado a reconstrução ou redefinição de teorias que sustentem o trabalho do professor, mesmo porque predomina a incompatibilidade entre teoria e prática nos cursos de formação de professores, pois se tem no início o predomínio da teoria e no final a prática. Isso para mim resulta na má formação de professores.

A Prática de Ensino sob a forma de Estágio Supervisionado é um componente teórico-prático, ou seja, possui uma dimensão ideal, teórica, subjetiva, real, material, social e prática, própria do contexto da escola brasileira. Em outras palavras, a teoria só tem sentido quando está ligada à realidade.

Foi centrada nesse pensamento que realizei o estágio na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Severino Cabral. Busquei nessa instituição de ensino exercitar a minha profissão como professora de História. Trata-se de uma escola pública localizada no Bairro de Bodocongó/ Campina Grande que funciona a partir da 5ª série do Ensino Fundamental até a 2º ano do Ensino Médio, funcionando nos três turnos: manhã, tarde e noite.

Na parte inicial do Estágio Supervisionado foi feita a observação. A observação se fez necessária porque ela ocupa um lugar privilegiado nas novas abordagens de pesquisa educacional: “Usada como principal método de investigação ou associada a outras técnicas de coleta, a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado”.¹

A observação me permitiu coletar dados sobre a escola, ela favoreceu um melhor desempenho da minha prática – pedagógica, posto que me ajudou a perceber com mais clareza as minhas possibilidades e limitações, a conhecer o ambiente de trabalho, o perfil do aluno, os recursos didáticos, as relações de poder, os lugares ocupados pelos sujeitos, etc.

Dessa forma, a observação foi muito útil para mim, no momento em que forneceu informações para tornar a minha prática pedagógica mais eficaz no sentido de favorecer o aluno e me ajudar a “crescer” enquanto profissional.

Entre os dados coletados verifiquei que a Escola de Ensino Fundamental e Médio Severino Cabral conta com dez salas de aula, uma biblioteca, uma cantina, uma sala de vídeo, uma quadra de esportes, uma secretaria, a sala de professores e a diretoria. Observando a estrutura física da escola, percebi que ela não facilita a prática pedagógica, pois no interior da mesma, os espaços físicos são muito limitados, o que dificulta a livre circulação de professores, alunos e funcionários. Algumas salas de aulas são muito pequenas em relação à quantidade de alunos matriculados, o que em muito dificulta o processo ensino-aprendizagem.

A escola também não dispõe de um lugar reservado à alimentação dos alunos. Quando a merenda escolar é servida, eles ficam dispersos pelos corredores, pátio, salas de aula, acarretando outros problemas, como por exemplo, a falta de higiene.

Na observação senti também que determinados conceitos estão presentes nas falas dos professores. Foram frequentes as expressões do tipo: “são bagunceiros”, “não querem nada com nada”, “são desinteressados”, “não respeitam o professor”, “não adianta”, etc. São essas expressões que na minha opinião, em muito prejudica a relação

1 LUDKE, Menga. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas: p.26

professor/aluno, uma vez que vão estabelecendo olhares conclusivos, preconceituosos e apressados que irão em muito comprometer a aprendizagem dos alunos, como também, vai gerando uma espécie de resistência por parte dos alunos que é demonstrada através dos atos agressivos e da parte dos alunos que é demonstrada através dos atos de indisciplina. Por trás dessas expressões escondem-se outras questões: a má formação do professor e o fator salarial.

Elas refletem aquele tipo de professor que se coloca como a figura central do processo educacional. Esse professor não se dá conta de que não há, no processo ensino/aprendizagem, um sujeito central, mas um conjunto de relações entre pessoas, num contexto social concreto. Não percebe que o sujeito da educação não é o indivíduo, mas o conjunto de pessoas participantes do processo, ou seja, sujeito coletivo.

A questão de má formação de professores também se reflete no momento do planejamento. Percebi que a maioria dos professores não costumavam fazer o planejamento das aulas, estes se agarravam ao livro didático como uma “tábua de salvação”, como se fosse o único recurso para a transmissão do conhecimento, pois vêem o livro didático como uma verdade inquestionável e absoluta. Não estou querendo dizer com isso que o livro didático seja desprezado nas aulas de História, estou certa que ele tem sua importância, mas acho que o professor deve abrir-se a outras fontes como a música, o cinema, poemas, como também deve fazer o seu próprio plano de curso, selecionando conteúdos, recursos didáticos, metodologias, critérios de avaliação.

Em se falando do professor devemos levar em consideração que o mesmo sente-se desestimulado pelos salários irrisórios que recebem, isso vai se refletir na qualidade de suas aulas, pois o mesmo tem de lecionar em vários estabelecimentos de ensino para sobreviver. Em virtude disso o docente não dispõe de tempo para planejar como também realizar pesquisas para inovar suas aulas.

Acho que o professor é um grande detentor de poder na escola, mas não é o único. É a sua atitude, sua forma de agir e pensar que vai determinar o sucesso ou o fracasso do aluno. Ele tem um grande compromisso que é a produção do conhecimento, e não a sua reprodução.

Por isso, o início do Estágio Supervisionado foi marcado pelo medo, pelo estranhamento, pois mesmo já sendo professora, (trabalho há mais de 7 anos com

turmas de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental) o estágio, significou um momento novo para mim. O estágio traz consigo muita ansiedade porque sendo realizado no final do curso há no estagiário, a predominância da parte teórica e não a prática, o que acarreta sentimentos de insegurança, medo e dúvida.

No entanto, posso afirmar que é possível lidar com esses sentimentos, pois uma das grandes contribuições da História é a idéia de que não há um saber pronto e acabado, um saber determinante, universal, mas saberes que se complementam. Há na História as rupturas, as discontinuidades, as sobrevivências. Assim, aprendi que a missão do historiador é produzir o conhecimento a partir das incertezas e silêncios.

Segundo Michel de Certeau, o historiador não deve reproduzir um discurso histórico ao dispor das fontes, e sim deve fabricar um discurso próprio a partir delas, ou seja, deve fazer do texto histórico uma fabricação onde suas idéias devem mostrar as relações entre os produtos e os lugares de produção uma vez que toda produção histórica refere-se a lugares sociais, econômicos e culturais, é, pois produto de uma prática que muda de acordo com a época em que é produzida, é a combinação de um lugar, de uma prática e de uma escrita.

Constato que a má formação do professor impede que ele enxergue e assimile essa questão. A verdade é que o professor não apresenta uma organização na sua forma de pensar, de escrever e de agir, ele não consegue investigar questões específicas de sua área de conhecimento e sendo assim, não terá condições de projetar seu próprio trabalho, de avaliar seu desempenho e de contribuir para a construção do conhecimento de seus alunos.

Na minha opinião, o maior problema enfrentado pela escola é a má formação do professor porque ele “entra no magistério, esperando a hora de sair, confuso com uma realidade que desconhece, mal orientado e não-incentivado, acaba por estagnar-se, hiberna-se em seu trabalho e aí permanece até o final”.²

Foi esse tipo de professor que identifiquei na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Severino Cabral. Não estou com isso criticar, menosprezar o trabalho dos professores dessa escola, mas sim, a partir da minha experiência no Estágio Supervisionado, mostrar a defasagem por qual passa o ensino brasileiro. Toma essa escola como uma referência para mostrar a realidade da maioria das escolas públicas

brasileiras. Quanto a essa questão, acho que é imprescindível repensar o papel da Universidade, mesmo fornecendo uma teoria específica que por sua vez exige uma visão crítica da sociedade, ela parece não conseguir formar um profissional competente, capaz de reoperacionalizar a teoria em relação à prática. Essa distância entre a teoria e a prática resulta em alguns “silêncios” na prática pedagógica; “silêncios” esses que só serão resolvidos com o passar do tempo, com o amadurecimento enquanto professora.

Enfim, é chegado o momento de entrar em sala de aula, onde iria ocupar um lugar diferente do que ocupava até então, o lugar de professora, não mais de aluna de História. Foi aí que procurei construir minhas aulas, buscando através do Estágio Supervisionado estabelecer a relação teoria e prática para despertar no aluno os potenciais existentes dentro de cada um, desta forma fazendo com que os mesmos se preparem para a grande aventura do ser consciente e político que eles tem a desempenhar na nossa sociedade.

O Estágio propriamente dito teve início no dia 03 de julho de 2000, fiquei estagiando por um mês, nas seguintes turmas: 1º ano do ensino médio cuja professora titular é Ana Tereza, e na 6ª série do ensino fundamental que tem com mestra Maria da Dapaz.

A experiência da prática pedagógica no 1º ano de ensino médio.

A primeira aula ministrada foi no 1º ano do ensino médio, no dia 03/06/2000. Nessa turma havia duas estagiárias: Wanine e eu, pois o número de turmas do Ensino Médio era insuficiente para as quatro estagiárias (Manuela, Robéria, Wanine e eu).

Nessa turma eu e Wanine ficamos angustiadas com a passividade com que os alunos recebiam as informações. Isso constituiu uma grande preocupação para nós. Era preciso mudar o conceito de História para os alunos.

Através de perguntas, constatamos que a História que lhes era transmitida era aquela voltada para o relato dos fatos passados e/ou enumeração dos acontecimentos que podiam ser localizados geograficamente e dotados cronologicamente, para se contrapor a essa idéia, nós procuramos mostrar aos alunos que o ensino de História deve sempre apontar para o presente, que ele não pode se reduzir unicamente às informações sobre o passado, descoladas da realidade atual, uma vez que a cada momento, os homens estão produzindo uma realidade cultural.

Percebi que o ensino de História não havia mudado muito daquele em que eu era colegial.

O conhecimento histórico que me foi transmitido foi também muito superficial, pois não se cobrava do aluno a atitude de pensar os fatos históricos. Tudo parecia resumir-se a datas e acontecimentos que marcaram a história da humanidade. Reproduzia-se a história dos heróis, sem que ela fosse questionada.

Isso fez com que a minha visão de mundo, da história fosse bastante limitada, pois não foi cobrada de mim uma opinião própria, ou seja, fui conduzida a pensar a História a partir da objetividade. Foi só na universidade que rompi com essa idéia. É triste, mais ainda é essa História que impera nas escolas brasileiras.

O curso de História forneceu todo um aparato conceitual para a execução do Estágio Supervisionado, no momento em que os conteúdos foram problematizados, questionados e debatidos.

No 1º ano os conteúdos trabalhos foram: Os hebreus: os fenícios e os persas. Esses conteúdos foram trabalhados nessa turma a pedido da professora Ana Tereza, pois eram uma continuidade dos temas do seu plano de curso.

Como metodologia, eu e Wanine procuramos fazer uma ponte entre o discurso acadêmico com o livro didático. Aqui posso destacar a grande importância da disciplina História Antiga Oriental no planejamento das aulas. Procuramos mostrar como os povos orientais (hebreus, fenícios e persas) foram construídos pela historiografia ocidental; as primeiras formas de explicação do homem pela sociedade; como compreende as nações de tempo e de espaço; e por fim as contribuições que herdamos dos povos antigos.

Os conteúdos das aulas do 1º ano foram desenvolvidas com os seguintes recursos didáticos: Procuramos introduzir técnicas de ensino que viessem favorecer a aprendizagem dos alunos. Ao longo do estágio foram constantes falas das professora titulares que se referiam à idéia de que “não adiantava” (essa expressão é muito recorrente no processo de ensino) utilizar determinados recursos didáticos porque os alunos “não prestavam atenção” e que o “melhor” seria mandar eles lerem o texto em sala de aula. No entanto, não desanimamos que o processo da comunicação entre professor e aluno não pode ser absolutamente formalizado, sob pena de diluir o processo pedagógico, as técnicas de ensino não devem ser concebidas como se fossem algo pronto, destinado a formalizar o processo de ensino. As técnicas de ensino estão a serviço do processo de ensino, e não o contrário, as técnicas estão destinadas ao

professor e ao aluno, e não estes às técnicas. Assim procuramos inovar, inovar no sentido de não ficar presa à aula expositiva tradicional onde o professor fala, fala e resta ao aluno escutar mesmo porque o ensino de história deve fazer do aluno o próprio sujeito do processo ensino – aprendizagem.

A experiência da prática pedagógica na 6ª série do Ensino Fundamental:

Estagiar na 6ª série me trouxe grandes preocupações onde o grande problema a ser enfrentado era a indisciplina e agressividade dos alunos.

Nesta série pude constatar que a relação professor/aluno era bastante difícil. O desafio era exercer o domínio da mesma. Isso me fez pensar que poder não é uma categoria particular do professor e que os alunos não ocupam, no processo ensino – aprendizagem, o lugar de dominados.

Por conta da indisciplina dos alunos, as aulas foram tumultuadas, pois muitas vezes precisei interromper para tentar controlar a turma. Eles demonstraram um grande desinteresse pelo conhecimento histórico, pois achavam que a história era disciplina “chata”, “decoreba”, ‘que falava só do passado’.

Os conteúdos trabalhados na 6ª série do ensino fundamental foram: as grandes navegações do séculos XV e XVI; os primeiros habitantes do Brasil, o encontro entre portugueses e índios. Esses temas foram desenvolvidos com o auxílio dos seguintes recursos didáticos: quadro de giz, cartazes, poemas e livro didático. Aqui devo ressaltar a grande contribuição das disciplinas História do Brasil e História da América I.

Procurei mostrar que as Grandes Navegações refletiram um novo modo do homem pensar o mundo e a si mesmo. O momento em que o homem descobre que não é só um ser espiritual, mas também um ser material. Foi aí que trabalhei os conceitos de Idade Média e Idade Moderna.

Destaquei que o processo de conquista da América e do Brasil significou principalmente a organização de um poder, um poder espetacular marcado pela violência não só física, mas também espiritual e nessa organização de poder, para que esse poder se mostrasse eficiente e dominador, para que se criasse laços de dependência das colônias com a Metrópole (Portugal), foram criadas inúmeras formas de controle, culminando na criação de um eficiente sistema burocrático.

Mostrei que a forma de dominação se deu a partir das relações de trabalho, das estruturas econômicas da colônia, dos modos de trabalho que por sua vez criou um novo modo de vida nas colônias sob o signo da dependência. Argumentei que o processo de catequização fez parte do processo de conquista, uma vez que a ação missionária surge no empreendimento das Grandes Navegações com o objetivo de evangelizar, mais que também foi marcado pela violência, onde a morte era um caminho certo para aqueles que não atendessem aos princípios religiosos, mas procurei deixar claro para os alunos que a experiência da catequização foi fundamental na relação entre a Europa e os índios. Ressaltei que nesse contexto histórico o medo era uma constante, pois era, uma época de sofrimentos, de epidemias e mortes em naufrágios e que assim, foi uma época marcada por tensões que gerava sentimento de insegurança e incertezas.

Outro tema trabalhado na 6ª série por mim foi o encontro entre portugueses e índios. Enfatizei que a relação colonizador e índio foi baseada na relação de superioridade do europeu e da indiferença frente ao modo de vida indígena. Sendo assim, os jesuítas ao chegarem o Novo Mundo vêm-se na obrigação de salvar o “outro” e que dessa forma as missões surgem como uma maneira de criar um sistema de catequese até porque a catequização era a única forma de salvar o índio. Dessa forma as missões vêm salvar o “outro”, tornando-se igual ao colonizador, culminando na não aceitação do outro, se fazendo necessário modelar o modo de vida do índio, criando uma relação de dependência frente ao europeu, sendo, pois o encontro entre portugueses e índios um encontro desigual, marcado pela desarmonia, pela tensão e pelo estranhamento.

Sobre a metodologia

Quero fazer aqui algumas considerações a respeito da metodologia que utilizei para planejar as aulas da 6ª série do ensino fundamental e do 1º ano do ensino médio.

Sei que o desenvolvimento inadequado de um conteúdo pode ter como consequência à reprodução de valores pré – científicos. por isso, fazem-se necessárias algumas considerações metodológicas para auxiliar o desdobramento do conteúdo de forma que venha assegurar o real conhecimento, quando fazemos uso da problematização e teorização.

A problematização não deve ser confundida com um simples arrolar de acontecimento de nossa vida. Problematizar significa criar uma situação nova que desperte o aluno a necessidade de entender os fenômenos de seu cotidiano de outra perspectiva que não a do senso comum, ou seja, significa mobilizá-lo para que perceba nos fenômenos sociais particulares uma dimensão geral.

As tendências pedagógicas da atualidade têm enfatizado a importância de partir da realidade vivida pelo aluno, sendo assim, podemos pensar que o conteúdo é algo que vai se construindo no decorrer do ano letivo, através das questões que o aluno coloca ao professor, mas também não é certo pensar que o conteúdo é algo que parte apenas do aluno, não se pode negar a existência de uma soma de conhecimentos que diferem das concepções de senso comum por possuírem um caráter sistematizado e que são importantes inclusive para transformar o mundo.

Ao planejar minhas aulas procurei aplicar metodologias de ensino que enfatizassem a realidade do aluno, mas que também abordassem o saber científico.

Acho que o cotidiano do aluno tem a sua importância, mas não podemos reduzir o ensino a reprodução desse saber de senso comum. Defendo a idéia de que a experiência de vida do aluno seja levada em conta pela escola, mas ela deve ser utilizada como motivação, para despertar uma reflexão mais rigorosa e sistematizada sobre a vida social.

Dessa forma, entendo que a problematização é o ponto de partida para se chegar à teorização das relações sociais. Acho que pensando assim, pode-se contribuir para o surgimento de uma nova prática social. Assim utilizei uma metodologia que pudesse garantir a apreensão do conteúdo por parte do aluno, pois o papel do professor não é só orientar, mas é também organizar e transmitir o conhecimento crítico.

Nas aulas que desenvolvi no Estágio Supervisionado, fiz uso da aula expositiva porque acho que ela é de grande importância para a sistematização do conhecimento e mesmo porque o aluno por si só dificilmente percorrerá um método de estudo, pois lhe falta a base de informação que integram o conteúdo. Por isso a figura do professor é muito importante em sua exposição uma vez que ele coloca dados e argumentos teóricos a serem refletidos pelo aluno.

No entanto, a aula expositiva exige o planejamento porque uma aula mal preparada pode levar o professor a uma reprodução disfarçada do senso comum, isso significa que o professor deve estar em contato permanente com os livros, elaborar

textos, participar de discussões. Foi o que procurei fazer no planejamento das minhas aulas, no momento em que recorri às disciplinas do curso de História para fazer uma ponte entre o discurso acadêmico com o livro didático.

O livro didático também ocupou um lugar no planejamento das aulas. O professor da escola brasileira cada vez mais tem organizado suas aulas a partir das informações contidas no livro didático. Muitos professores se apegam ao livro didático como se ele fosse uma verdadeira tábua de salvação para as precárias condições de elaboração de seu curso.

No entanto, sabe-se que os livros didáticos trazem graves problemas onde as informações nem sempre priorizam o entendimento das relações fundamentais; apresentam os conceitos fora do contexto histórico em que foram ou são produzidos; a noção de evolução social é tratada linearmente; a sociedade define-se como um corpo homogêneo que tende ao equilíbrio e à harmonia; e quando aparecem os problemas sociais são tratados como “doenças passageiras” dessa sociedade, cujas causas são atribuídas a condutas individuais ditas desviantes, assim por essas e outras razões, os livros didáticos, são livros que valorizam uma visão de mundo acrítica.

Mas, é importante reconhecer que as informações contidas nos livros didáticos não são necessariamente inúteis, ao contrário disso, estruturam até um certo rigor científico. O que acontece é que os livros didáticos explicam a realidade social do ponto de vista da classe dominante, assim o professor que adota e que dá prioridade ao livro didático está reproduzindo um ponto de vista particular como se fosse uma realidade universal. Nessa situação, o livro didático desempenha um papel permanente ideológico, pois apresenta uma visão de mundo de uma classe como a única possível e é por isso que passa a ser um instrumento eficaz de educação sob os padrões e interesses da classe dominante.

A verdade é que quando entramos em uma sala de aula, vemos que abandonar o livro não é uma atitude simples, pois na maioria das escolas brasileiras, o texto didático é o único recurso que a população tem acesso e muitas vezes o professor passa por dificuldades, por limitação em que o emprego do livro didático passa a ser o único meio eficaz de preparar sua aula.

Acho que nessa condição não é possível abandonar o livro didático, considero que a questão passa pela postura do professor em relação à forma como vem utilizando esse recurso. Assim, empenhei-me em mostrar para os alunos diferentes pontos de vista

sobre uma mesma realidade social. Procurei ter um distanciamento crítico texto empregando um método de utilização do livro que permite a mim apresentar bem um texto considerado deficiente.

De acordo com a minha prática pedagógica percebi que esse distanciamento crítico se construiu adotei uma postura questionadora das informações que o livro continha, conformando-as com a realidade dos alunos.

Quero salientar que através da metodologia aplicada nas turmas em que realizei o Estágio Supervisionado, esforcei-me em mostrar para os alunos que a História é a transformação do mundo, a transformação da realidade, a transformação do homem. A transformação da maneira como o homem se relaciona consigo, com o social, com o poder, com a natureza.

Na busca de dar um novo sentido às aulas parti do pressuposto que: “O currículo corporifica um determinado arranjo do conhecimento e que essa organização implica em seleção de conteúdo, produção de saberes e regulação social, tudo em conexão com a realidade vivida.”³

Foi essa a minha atitude diante da prática pedagógica. A História foi enfatizada não apenas como o “estudo do passado como algo morto”, mas como uma leitura de mundo, pois cada época histórica reflete uma forma de compreender o homem e o mundo.

No entanto, quando partimos para a prática em sala de aula, surgem inúmeras questões, problemas, conflitos que nem sempre sabemos como resolvê-los. Isso resulta em alguns “silêncios” no processo ensino-aprendizagem. “Silêncios”, esse que só serão resolvidos com o passar do tempo, com o amadurecimento enquanto professora.

Por isso, o final do Estágio supervisionado para mim, foi também marcado pela angústia uma vez que muitos problemas encontrados em sala de aula, nem sempre foram possíveis serem resolvidos devido a limitação do tempo e porque não dizer da nossa inexperiência de lidar com situações inesperadas em sala de aula. Mas no final tudo, predomina o desejo de querer sempre o melhor para os alunos, o desejo de querer ser uma professora “diferente” através das aulas não quantitativas e sim qualitativas,

empenhando-me em aprofundar a consciência de que a atividade educacional é uma atividade política da mais alta importância, pois estamos fazendo uma nova proposta de sociedade.

CAPÍTULO II

CONSIDERAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO

**“ A esperança em verdade é mais
do que a memória... Em verdade
a vida é mais do que a esperança.”**

(Chandogya – Upanisshad, 7ª leitura)

Neste capítulo quero fazer algumas considerações sobre a avaliação uma vez que ela encontra-se intimamente relacionada com o processo ensino- aprendizagem, ou seja, não se pode pensar em educação sem considerar algum tipo de avaliação.

A partir da minha experiência como professora, acho que o momento mais difícil e desagradável para o professor é o momento de avaliar o aprendizado dos alunos. Não só pelos esforços que são requeridos, mas também pelo constrangimento que representa avaliar.

Segundo Antônio Carlos Gill em seu livro “Metodologia do Ensino Superior”, ao longo dos últimos séculos, a avaliação vinculou-se quase exclusivamente à função seletiva da escola. Grande parte dos esforços dos professores foi dedicada para determinar quais os alunos que seriam eliminados em cada uma das etapas do processo educacional. Assim, as “instituições educacionais passaram a dirigir sua atenção ao aluno raro, o que teve como efeito a eliminação da maioria das crianças provenientes das classes operárias e a oferta de vantagens especiais aos filhos de profissionais liberais”.⁴

Nas escolas atuais não há mais espaço para essa concepção de avaliação, não só por questões humanísticas. Mas também em decorrência de fatores sócio- econômicos. Os países à medida que se desenvolvem passam a necessitar de pessoas com formação universitária. Nesse contexto, a principal função da escola passa a ser a de promover o desenvolvimento do indivíduo, isto é, fornecer aos alunos os conhecimentos e as habilidades necessárias para viverem de forma eficiente numa sociedade complexa.

Assim, a avaliação deixa de ser vista como instrumento de seleção e de fiscalização externo ao processo de aprendizagem, mas como um método de coleta e análise dos dados necessários à melhoria da aprendizagem dos alunos.

Nesse sentido, a avaliação deve vincular-se diretamente aos objetivos da aprendizagem. O professor precisa deixar bem claro para si e para os alunos que mudanças espera que neles ocorram. A partir dos objetivos ele poderá não apenas escolher estratégias mais adequadas para facilitar a aprendizagem, mas também os procedimentos para avaliar em que medida aqueles objetivos foram alcançados.

Na prática pedagógica procurei me afastar da concepção tradicional de avaliação, como algo que ocorre no fim de um ciclo didático. Tanto na 6^a série quanto no 1^o ano desenvolvi um tipo de avaliação contínua, pois entendi que à medida que os alunos são submetidos a contínuas avaliações, cria-se um sistema de feedback, que possibilita a eles identificar o que lhes falta aprender para alcançar os objetivos da aprendizagem.

Constatei na 6^a série e no 1^o ano que os alunos têm uma tendência muito forte para a memorização até porque é esse aspecto que se tem privilegiado nas escolas brasileiras. Mas entendo que o processo de avaliação deve fazer com que os alunos ultrapassem a memorização e apliquem o que foi aprendido em situações práticas. Afinal, a escola não tem como objetivo apenas proporcionar conhecimentos, mas também desenvolver as habilidades e atividades de seus alunos.

Por isso na minha prática pedagógica, ao selecionar os conteúdos e avaliação procurei levar em consideração o nível da turma, suas competências e habilidades. No 1^o ano do ensino médio foi feita uma prova escrita e exercícios (valendo a 1^a nota do 2^o bimestre). Na 6^a série foi feita uma prova escrita (valendo 8 pontos) e um exercício (valendo 2 pontos).

O resultado da avaliação na 6^a série não foi satisfatória. Conclui que os alunos ainda não têm a orientação necessária para se desprender do livro didático. Fiquei muito angustiada com o resultado da avaliação na 6^a série, mas evitei rotulá-los a partir da avaliação até porque o estágio durou apenas um mês.

Os rótulos a meu ver, estão muito presentes no processo de ensino, não só nas escolas de ensino fundamental e médio mas também na universidade.

O professor geralmente cria um aluno padrão para compará-lo aos outros alunos. Essa questão aparece muito no tipo de avaliação subjetiva onde o professor analisa a prova do aluno que mais se aproximou da sua forma de pensamento para aí comparar às demais provas. Assim, segundo Forestan Fernandes (1986 : 28) “O professor não vem cumprindo o seu papel de transformador porque não possui a formação necessária para entender, cabalmente, o que lhe compete fazer”.

Acho que o professor não deve criar a imagem de um aluno ideal mesmo porque é

imprescindível que ele tenha consciência de que está lidando com saberes e vivências diferentes e demonstre respeito à realidade do aluno, as suas possibilidades e limites.

Eu acho também que muitos questionamentos vem sendo levantados nas últimas décadas principalmente a respeito da avaliação gerando uma grande insegurança no professor, este chega a conclusão de que está agindo errado, mas só que ele não sabe como fazer diferente.

Nas escolas públicas brasileiras é muito fácil perceber essa dificuldade do professor em relação à avaliação, para mim isso é decorrente de sua má formação pedagógica.

Segundo Jussara Hoffman, nas duas últimas décadas fez-se um “silêncio” em termos teóricos-metodológicos nos cursos de formação de professores ou reduziram-se os estudos sobre avaliação do desempenho escolar a discussões superficiais em torno da elaboração e aplicação de instrumentos de testagem, sistemas de atribuição de notas e conceitos, critérios de aprovação e reprovação. Dessa forma, a avaliação não se aproxima de seu significado de ação reflexiva, comprometida com o professor de aprendizagem do aluno.

A avaliação deve considerar o desempenho do aluno em relação ao que for planejado. Para tanto deve ser elaborada mediante dados objetivos, coletados a partir de instrumentos adequados. “Muitos professores infelizmente julgam seus alunos com base em critérios puramente subjetivos. Em consequência desse julgamento, cujos critérios muitas vezes não são totalmente conhecidos pelo próprio professor que o elabora, os alunos tidos como “bons” têm muito mais chance de aprovação do que os tidos como ‘fracos’ ou ‘maus’”⁵.

No entanto, é preciso ressaltar que essa questão da objetividade e subjetividade da avaliação é muito polêmica. Posso destacar aqui o estudo de Jussara Hoffmann que vê a subjetividade não como um problema, mas como um elemento a ser trabalhado positivamente já que ela é inerente ao processo de elaboração dos instrumentos de avaliação e sua interpretação pelo aluno.

Na minha opinião, mesmo diante das novas abordagens sobre a avaliação, predomina nas escolas brasileiras a idéia de avaliação como sistema de atribuir conceitos onde os alunos não se sentem compelidos a adquirir determinados conhecimentos, mas a conquistar certos conceitos, chegando até a não ver sentido em ir a escola quando já atingiram o conceito necessário para a aprovação. Muitas vezes eu já ouvi de alunos meus a seguinte expressão: “Ah, professora eu não fui á aula hoje não, também eu estou com muitas notas boas”.

Acho que é para esse tipo de expressão que a avaliação tem servido, essencialmente para julgar e classificar os alunos. Essa função classificatória da avaliação acaba se sobrepondo a análise, reformulação ou redirecionamento do trabalho pedagógico.

Grande números de professores consideram que é mais “fácil” e “cômodo” trabalhar com o aluno na direção da sua submissão e adequação a padrões e normas comportamentais estabelecidos pela escola. E assim, a avaliação vai moldando as condutas dos alunos, no entanto, esse caráter conflituoso da prática avaliativa não se mostra totalmente eficiente e não se dá sem a resistência por parte dos alunos. Daí o sucesso nem sempre obtido, apesar do contínuo trabalho dos professores para que os alunos acatem e cumpram suas ordens.

A desobediência dos alunos é punida por meio de conceitos baixos, o que pode levá-lo à reprovação e até a se convencerem de que são incapazes de se adaptar a escola, pois ela manifesta-se através da relação de poder e subordinação.

Segundo Sandra Maria Zákia⁶ deve-se fazer uma avaliação da avaliação, pelos agentes concretos que atuam na escola conduzindo a uma análise e a um redirecionamento do modo de funcionar a escola, levando a uma posição comprometida com os alunos que a frequentam.

Dessa forma o conceito de avaliação, que tradicionalmente tem como alvo o julgamento e a classificação do aluno, necessita ser redirecionado, pois a competência ou

6 – Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; doutoranda em Educação pela USP.

incompetência do aluno resulta, em última instância , da competência ou incompetência da escola.

Avaliação escolar, portanto, não pode restringir-se a um de seus elementos, de forma isolada. Importa, pois, enfatizar a relação entre avaliação da aprendizagem e avaliação do ensino, considerando-se o desempenho do aluno de forma relacionada com o desempenho do professor e com as condições contextuais da própria escola.

CAPÍTULO III

“A DISCIPLINA EM SALA DE AULA”

“As ‘Luzes’ que descobriram as
liberdades inventaram também
as disciplinas”

(Michel Foucault)

Neste capítulo disponho-me a estudar o tema “disciplina em sala de aula.” Para mim é de grande relevância tratar sobre esse aspecto no processo ensino – aprendizagem e mesmo porque, busquei na minha experiência como professora/estagiária na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Severino Cabral, a autoridade para elaborar o meu discurso sobre esse tema porque fui vítima de atos “indisciplinados e agressivos” por parte dos alunos da 6ª série do ensino fundamental.

Eu posso falar o que sente um professor frente aos atos agressivos de seus alunos. Sei porque vivi a frustração, a impotência, a dor, a raiva e também um forte impulso, que às vezes surge dentro de nós, de devolver a agressão de um aluno.

Foram constantes os “silêncios” em relação à 6ª série, principalmente no que diz respeito ao comportamento dos alunos, estes se mostraram agressivos, rebeldes, indisciplinados. Esse tipo de comportamento se refletiu nas aulas, pois por conta da indisciplina, tive que interrompê-las para tentar controlar a turma.

Não consegui colocar em prática mecanismos que favorecessem o bom comportamento dos alunos, me sinto um tanto frustrada em relação a isso, mas ficou de positivo o desejo de querer “conhecer” como lidar com os conflitos em sala de aula.

Foi nesse momento que percebi que o poder não é uma categoria particular do professor e que os alunos não ocupam no processo ensino – aprendizagem o lugar de dominados, pois entendi que a indisciplina era uma forma de resistência dos alunos em relação ao poder instituído da escola.

Percebi também que era necessário criar na disciplina de História um lugar especial não só de transmissão de conhecimento, mas também de uma metodologia do comportamento levando em consideração que: “currículo não é apenas informação, mas envolve a produção ativa de sensibilidades, modos de percepção de si e dos outros, formas de agir, sentir, operar sobre si e sobre o mundo.”⁷

Como falei anteriormente, não conseguir por em prática essa metodologia do comportamento, pois mesmo já sendo professora, não havia deparado com esse tipo de problema, era uma situação nova para mim e o “novo” sempre assusta, provoca “medo” e

7 – STEPHANOU, Maria. Currículos de História: Instaurando maneiras de ser, conhecer e interpretar.p.18.

“estranhamento” e sendo assim não soube como tomar distância das situações que me inquietavam, dos atos indisciplinados e agressivos que eram dirigidos a minha pessoa.

Diante dessa situação empenhei-me em procurar explicações que pudessem justificar a rebeldia dos alunos.

Primeiramente pensei que o comportamento rebelde deles era uma reação ao fato de eu ser uma professora/estagiária. Achei que para eles eu era o “diferente”, o “novo” e isso provocava medo, desconfiança, pois representava o poder, um poder arbitrário, e assim viam na rebeldia, na agressividade, na indisciplinada resistência a esse poder.

Como a turma da 6ª série era composta por adolescentes, pensei que a rebeldia poderia ser explicada pelas atitudes que marcam a transição da infância para a idade adulta, momento em que os adolescentes procuram se firmar enquanto pessoa. Nessa perspectiva encarei o comportamento agressivo como uma resposta aos estímulos proporcionados pelo convívio social e ambiente, no qual o adolescente é submetido procurando afirmar o seu “eu” seja de forma consciente e inconsciente.

A minha condição de mulher me fez analisar os atos agressivos em sala de aula. Sei que como mulher, estou transversalizada por determinantes onde o modelo de feminilidade significa submissa, obediente e passiva e por isso vou estar predisposta a valorar como agressivos atos que não são. Portanto, eu sei que por ser mulher vou estar sempre condicionada a sentir como agressivos e dar-lhes caráter agressivo a situações que não são e por isso vou estar menos atenta para aquelas situações que realmente são agressivas, pois considero que mais agressivo é a desvalorização pela minha condição de mulher, humilhação que me dirigem cotidianamente como mulher e como professora. Isso a meu ver é mais agressivo do que o ato agressivo de um aluno que na maioria das vezes não é outra coisa que um grito desesperado e denunciante de uma situação em que aluno e professor estão envolvidos.

Segundo Claudius Ceccon, Miguel Darcy de Oliveira e Rosiska Darcy de Oliveira em “A vida na escola e a escola da vida”, a indisciplinada em sala de aula é resultado das desigualdades sociais, ou seja, é a condição sócio-econômica que vai determinar o comportamento do indivíduo na escola.

Para eles a escola é um lugar privilegiado para a rebeldia daqueles alunos que são marginalizados na sociedade, pois ela não é democrática, não está aberta para todos em

igualdade de condições. Há uma grande distância entre o que a instituição escolar pretende ser perante a lei, e o que ela realmente é.

Assim, a escola só educa e disciplina o aluno proveniente da classe mais favorecida porque é para ele que ela está organizada e sendo assim, o aluno pobre está mais predisposto a ter um comportamento indisciplinado porque a forma como a escola está estruturada não condiz com a sua realidade de vida.

Em síntese, para Claudius, Miguel e Rosiska a finalidade da escola é então, formar uma minoria privilegiada que mais tarde vai pensar, dirigir, planejar e dar ordens aos outros, já que a maioria não pode e não sabe caminhar com seu próprios pés e assim a função dessa maioria marginalizada será o de cumprir as ordens e os planos feitos pelos donos do poder e do saber.

São poucos os alunos vindos de lares pobres que conseguem superar a corrida de obstáculos da escola e chegar até a universidade. Esses poucos que têm sucesso são sempre mostrados como exemplos de que todos poderiam ter sucesso se realmente tivessem se esforçado.

Esse mito da igualdade de oportunidades faz com que os que fracassam se culpem a si mesmos pelo seu fracasso, se sintam ignorantes e inferiores. Os que têm sucesso, por sua vez também acreditam que devem esse sucesso a seus próprios méritos e talentos, acham-se superiores, o que os leva a desprezar o povo e a se dar o direito de decidir de tudo em seu nome.

Predomina na escola brasileira uma situação desigual. Ela não serve à maioria, dá falsas esperanças e ilusões, o que gera nos alunos o sentimento de insatisfação e essa insatisfação muitas vezes é refletida nos atos indisciplinados e agressivos.

É nesse contexto que a escola torna-se um lugar privilegiado da indisciplina, agressividade e rebeldia dos alunos, pois é essa a forma encontrada para dizer que não estão satisfeitos com ela.

Disciplinar os alunos nessas condições que a escola oferece é uma tarefa difícil, mas não é impossível. É necessário que o professor abra-se em relação à experiência de vida do aluno.

Os alunos indisciplinados e agressivos em sala de aula querem através de sua linguagem, dizer que não é aquela escola que eles querem porque ela está estruturada

segundo um conjunto de regras que tenta unificar todos os alunos como se eles fossem todos iguais. É essa a grande contradição da escola brasileira. É a escola que tem que se adaptar aos alunos, e não os alunos a ela.

A disciplina é tida como sinônimo da manutenção da ordem imposta por uma pessoa ou por um grupo, para isso se fazendo uso da força e do poder. Para Michel Foucault, a disciplina é uma forma de dominação e exercício do poder e sendo assim, precisa de mecanismos para ser legitimada destacando-se dessa forma o controle e a vigilância.

Essa vigilância é exercida na escola pelos diretores, professores, equipe técnica, guardas que fazem uso do regulamento escolar para disciplinar, normalizar, homogeneizar e criar um lugar de submissão dos alunos, para isso é que existe uma “organização no espaço e no tempo para garantir a ‘ordem’ da instituição e não o crescimento pessoal das pessoas que nela interagem para garantir a obediência e a submissão”.⁸

A partir do pensamento de Foucault, posso afirmar que a escola está fugindo de sua função social porque ela funciona mais como um aparelho repressor. Ela foge de sua função principal, pois não propicia o enriquecimento do ser humano, não cria um campo de relações interpessoais que dessem lugar à passagem da subordinação à autonomia, da imitação à criatividade, da dependência à independência, ao contrário disso, apresenta-se como um obstáculo a tais possibilidades.

Na 6ª série do Ensino Fundamental, como também no 1º ano do Ensino médio pude constatar o quanto esses aspectos estão impregnados no comportamento dos alunos, o quanto eles foram programados para cumprir as ordens que a escola manda, o quanto ela programou os alunos para serem submisso, o aluno crítico quase inexistente.

As práticas desenvolvidas na escola se dão em função de um sistema administrativo-burocrático como: o livro de ponto, o livro de ponto frequência onde o professor controla o comparecimento dos alunos e é controlado pelo pessoal técnico – administrativo, o sinal de entrada/saída, os espaços entre uma aula e outra, os portões fechados, boletins, uniformes padronizados, os conceitos atribuídos para a escola se

tornar um espaço fértil para a circulação de ideologias onde as mais comuns são a ideologia do dom, da deficiência cultural e da diferença cultural.

O professor e o pessoal da escola são tidos como símbolos da ordem, da normalidade, do comportamento ideal defendido pela sociedade, assim é missão deles enquadrar os alunos nos padrões exigidos e desejados pela sociedade. Predomina na escola a não aceitação do “outro”. Predomina uma luta desigual. “Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder... e como há poder há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda estrutura social.”⁹

Como os alunos não se encaixam nos padrões da sociedade tornam-se indisciplinados. Aqui a indisciplina é vista como um desvio, como uma anormalidade de comportamento, passa-se então a discriminar os alunos porque eles não se adequam ao modelo estabelecido pela escola. O tempo deles na escola é totalmente preenchido por atividades fragmentadas e vigiadas que nada têm a ver com a sua realidade psicológica, social ou econômica. É assim que segundo Foucault a escola constrói o aluno como “objeto de informação e não sujeito da comunicação”.

É impressionante, como a grande maioria dos professores está programado a traçar o perfil de um bom aluno como aquele que é bem comportado nas aulas, que cumpre as tarefas, que são obedientes, pouca ênfase se dá ao aluno crítico.

Segundo Ivonne Khouri,¹⁰ há nas instituições uma dualidade na divisão dos que têm poder e os que não têm. Estabelecem-se relações de opressão e violência entre o poder e o não poder, que se transformam em mecanismos de exclusão caracterizando todas as instituições de nossa sociedade. O analfabetismo, a evasão e o fracasso escolar são os testemunhos desses mecanismos atuando na instituição escolar.

Como nas escolas não há mais espaço para o espetáculo dos castigos físicos e da tortura, como forma de manter a “ordem”, atribui-se aos responsáveis pela educação utilizar

9 – FOUCAULT, Michel: *Microfísica do poder*. p.14

10 – In *Disciplina na escola: Autoridade versus autoritarismo*: 1989.

o saber para “normalizar”, “moldar” os alunos, ao passo que não dêem conta da violência a que são submetidos e assumam e interiorizem a sua condição de inferioridade, e assim nunca reagirem.

Nesse contexto, as nossas escolas têm uma tradição autoritária. Nelas o poder de decisão está sempre colocado na autoridade hierarquicamente superior e as relações se dão de cima para baixo. Os alunos dependem das decisões de todos que se colocam hierarquicamente acima dele.

Na maioria das vezes o professor que lida com os alunos “indisciplinados” adota uma posição autoritária através da punição (ameaças, repreensões, retirada dos alunos de sala de aula, diminuição de nota, expulsão etc.). Mas a função da punição não é a de resolver o problema de indisciplina, mas apenas conseguir que os alunos “indisciplinados” não incomodem mais. A função da punição não tem sido resolver o problema dos alunos, mas sim do professor ou da escola. A regra da escola geralmente é: “ou os alunos se adaptam às condições da escola ou...”.

Diante dessa situação a escola pública tem sido um fardo principalmente para os sócio – economicamente desprivilegiados. É uma escola “chata”, sem atrativos, na qual os alunos não aprendem, são reprovados, sentem-se incapazes e infelizes.

A escola, nessas condições, dificilmente poderá ser um lugar agradável e com produção satisfatória.

Arlette D’Antola em seu texto “Disciplina democrática na escola”,¹¹ cita uma pesquisa realizada por Lervin, Lippitt e White, estes apontaram três climas em sala de aula e os relacionaram à produção escolar e comportamento dos alunos. São eles:

- 1 - atmosfera permissiva: não favorece a produção de trabalho, os alunos se tornam insatisfeitos e entediados. Começam a fazer brincadeiras e mostram um alto grau de agressividade.**
- 2 - atmosfera autoritária: os alunos mostram pouca responsabilidade na sua produção, procurando descartar-se do trabalho. Observam-se dois padrões de comportamentos: o apático, caracterizado por uma desanimadora**

submissão ao líder, e agressivo. Quando o professor deixa a classe os alunos param de trabalhar e dizem “vamos fazer um a guerra”.

3 - atmosfera democrática: observou-se que os alunos mostram boa orientação no trabalho, auto-envolvimento e muita responsabilidade. A boa disposição de espírito é muito alta, mesmo quando o professor está ausente.

A pesquisa conclui que com a característica democrática os alunos apresentam melhor desempenho tanto em relação à produção de trabalhos quanto em relação às atitudes.

O que se observa nas escolas públicas brasileiras é uma postura contraditória do professor, uma distância entre a teoria e a prática. Quero dizer que o próprio professor não concorda com as punições, com as relações de poder na escola, mas na prática age de modo autoritário.

A explicação para isso é que o professor também está envolvido num conjunto de normas e controles tão fortes o quanto ele impõe aos seus alunos.

Por outro lado, o professor também tem medo da perda de sua autoridade, que as relações harmônicas entre professor e alunos causem uma inversão nas relações de poder e que os alunos assumam a posição de dominadores. Na minha prática pedagógica, no momento em que fui alvo de atos indisciplinares agressivos pude perceber que eu também me auto-agredia quando me colocava no lugar do desânimo, da frustração, do lamento da culpa diante da situação.

Não pude compreender que aquela situação era um desafio para a minha capacidade criativa, uma vez que não há situação por mais complexa que seja, que não possa ser controlada pelo pensamento, pelo juízo crítico, pela capacidade de elaborar e entender as situações.

A partir da minha experiência na 6ª série eu percebi que não soube tomar distância frente aos atos indisciplinares e agressivos, como também não me permitia a partir deles aprender de mim mesma e da situação em que eu e os alunos estávamos envolvidos.

Como professora, sei que a escola é lugar de produção de saber, mas aí existe as grandes e as pequenas paredes que se manifestam através de táticas e estratégias, segredos e pactos, todos desafios dos jogos de poder.

Percebemos essas práticas do poder na postura de um professor: a pressão constante do tempo (para chegar, para dar aula, para preparar o trabalho, para participar de várias atividades, para sair); horas marcadas, tempos determinados, tempo para pensar, para refletir, para trocar experiências. As sutilezas, o que pode e deve ser dito, o que não pode, os riscos da franqueza e as comodidades da hipocrisia. As ameaças de fracassar, de não responder às exigências de não conseguir dar o recado, de não ser aceita e benquista pelos alunos etc.

Todas essas manifestações da relação de poder na escola convertem para tornar o sujeito submetido através do controle e da dependência. No entanto, segundo Foucault, onde há uma relação de poder há também a possibilidade de resistência. Daí o comportamento indisciplinado dos alunos porque para eles a escola é o lugar da tortura, um sacrifício. Também para os professores a sala de aula é um desprazer, um tédio, uma obrigação. Eles também querem se evadir porque têm sobre eles uma carga de exigências, dispositivos de poder que não vão na direção da vida, do prazer, do gosto, mas na direção da morte, da apatia, da rotina, do fazer sem graça e sem sentido.

Neste capítulo procurei explicitar duas matrizes teóricas que se diferem na análise da disciplina em sala de aula.

Para Claudius Ceccon, Miguel e Rosiska Darcy de Oliveira, é a condição sócio-econômica dos alunos que vai influenciar o comportamento na escola. A escola estabelece diferenças entre alunos ricos e alunos pobres. Ela só se empenha em educar e disciplinar os pertencentes à classe mais favorecida, enquanto que a classe marginalizada tem que se adaptar a uma escola que não foi pensada para ela. Assim, é nessa situação desigual que a escola cria espaços para a indisciplina e agressividade dos alunos.

Mas me faço as seguintes perguntas: “Será que só os alunos pobres são indisciplinados e agressivos na escola?” Será que os alunos da classe mais favorecida não apresentam essas características no processo ensino-aprendizagem? Será que o comportamento rebelde dos alunos deve-se apenas a sua condição sócio-econômica?

Acho que Michel Foucault oferece uma leitura mais elaborada para pensarmos essa questão de disciplina. Para ele o poder não é absoluto, ele é construído nas relações que se estabelecem entre os indivíduos nas instituições.

Nessa perspectiva podemos pensar a rebeldia dos alunos como uma forma de resistência, resistência contra o poder exercido pela escola, dessa forma a disciplina na instituição escolar é tida como “uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforme à regra é preciso vigiá-los durante toda o tempo da atividade e submetê-lo a uma perpétua pirâmide de olhares.”¹²

De acordo com minhas leituras sobre disciplina em sala de aula, posso afirmar de que não existe uma receita pronta e acaba, não existe uma fórmula mágica para lidar com o aluno indisciplinado. No entanto, através da sua metodologia, o professor e todos os envolvidos na educação podem ajudar os alunos a superar os rótulos em que são enquadrados, discutir, questionar as condições que levaram a sociedade a adotar ideologias que os rotulam e os fazem acreditar na verdade desses rótulos. A luta dos profissionais de educação não é empenhar-se em uma luta aberta contra os alunos, mas contra as condições de sua existência e da própria existência dos alunos no mundo.

A disciplina deve ser vista na escola como um mecanismo que colabora para uma melhor organização escolar, e em consequência para a apropriação do saber agindo como um elemento de transformação que proporcionará ao sujeito maior autonomia, liberdade e senso crítico. Assim a disciplina estará mesmo de uma forma pequena, provocando um princípio de modificações também na sociedade, já que sociedade e escola em continua interação.

O professor não deve ignorar que os alunos têm suas diferenças, para poder situar o seu trabalho pedagógico nas condições reais do grupo. Aqui a disciplina passa a ser um agente necessário para a construção do saber onde os alunos têm autonomia, liberdade e o entendimento que o saber é a via que lhes proporcionará os esclarecimentos para usá-los na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Para haver uma mudança na escola é necessário de toda a comunidade escolar um esforço em buscar um novo modelo de relações entre aluno e professor, entre a equipe escolar e entre a escola e sociedade. Essas

relações apareceriam como uma contraposição a hierarquia de valores que constitui a escola, em busca de uma nova disciplina que leve à redefinição de papéis e a novas responsabilidades e direitos para todos.

Torna-se necessário criar em sala de aula um espaço de aprendizagem onde os atos agressivos e indisciplinados não sejam necessários. A agressividade e indisciplina devem ser dirigidos para o desafio de querer conhecer. É na relação harmônica entre professor e aluno que vai surgir o trabalho de construção e reconstrução do conhecimento que vai tornar desnecessário o comportamento rebelde.

Considerações finais.

A universidade não prepara o professor para enfrentar a realidade da escola, mesmo porque a instituição escolar é uma “peça de uma engrenagem maior que é a sociedade em que vivemos”.

No entanto o Estágio Supervisionado me ofereceu a oportunidade de “ensaiar” uma nova etapa da minha vida como professora de História.

Sei que ^{há} a dificuldade em integrar a teoria com a prática levando em consideração o contexto em que se encontra a escola brasileira, ~~mas~~ sei também, que a escola é uma necessidade social e não pode ser local de legitimação da marginalidade, mas de sua superação.

Assim, não pode pertencer a nenhuma camada social privilegiada, mas há de ser pública na sua constituição, organização e na escolha de seus fins.

Foi gratificante a minha experiência na prática de Ensino Estágio Supervisionado: a integração com minhas colegas (Manuela, Robéria, Wanine); a receptividade que tive na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Severino Cabral; as “descobertas”, os “silêncios” etc. E a partir da minha experiência como professora, sei que cabe a todos nós professores, lutar por uma educação mais democrática e por melhores condições de trabalho com que a escola se adapte ao aluno, e não o aluno a ela.

Nós educadores somos “sujeitos viventes e críticos de iguais sentimentos: a fé na educação e a crença no que se pode fazer na escola, a esperança no homem, a dedicação ao trabalho de educar dentro e fora dos muros da escola; mas a evidência de que a educação desejada pelo educador não é a educação consentida pelos senhores da sociedade e , às vezes, é o posto dela.

Por isso, sei que minha tarefa é buscar na prática pedagógica uma nova educação que aponte para um novo mundo, para um Brasil diferente e este Brasil diferente tem como primeiro e decisivo passo a educação de seu povo.

Refêrencias bibliográficas

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). O Educador: Vida E Morte. Rio de Janeiro; Edições Graal. 9ª edição. 1989.
- CECCON, Claudius (org). A vida na Escola e a Escola da Vida. Petrópolis; Editora Vozes Ltda. 1992.
- DALMÁS, Ângelo. Planejamento Participativo na Escola. Petrópolis; Editora Vozes 1994.
- D'ANTOLA, Arlete (org). Disciplina na Escola: Autoridade versus Autoritarismo. São Paulo: EPU, 1989.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder (organização e tradução de Roberto Machado). Rio de Janeiro: Edições Grral. 1995.
- GARCIIH, Walter Esteves. Educação: Visão Teórica e Prática Pedagógica São Paulo , 1977.
- GILL, Antônio Carlos. Metodologia do Ensino Superior. São Paulo: Editora Atlas 1997.
- GROSSI, Esther Pillar (org). Paixão de Aprender. Pretrópolis R.J. Editora Vozes. 8ª edição 1996.
- RODRIGUES, Neidson. Por uma Nova Escola: o Transitório e o Permanente na Educação. Editora Cortez. 9ª edição. São Paulo. 1993.
- STEPHANOU, Maria. Instaurando Maneiras de Ser. Conhecer e Interpretar. In Revista Brasileira de História. São Paulo. ANPUH/ Humanitas Publicações. Vol.18, nº36. 1998.

ANEXOS

Escola estadual de Ensino Fundamental e Médio Severino Cabral.
Disciplina: História
Professora/ estagiária: Natália Rodrigues de Melo.
Orientadora: Herônides Câmara Donato.
Série: 6^a D

Plano de Aula

- Tema: As Grandes Navegações (séculos XV e XVI)
- Objetivo geral: Reconhecer que os séculos XV e XVI refletem a emergência de uma nova forma de o homem pensar o mundo e a si mesmo.
- Conteúdos:
 - O pioneirismo de Portugal
 - A Escola de Sagres
 - Os portugueses na África
 - O Tratado de Tordesilhas
- Metodologia: Na aula expositiva será destacado que o período das Grandes Navegações corresponde a uma nova realidade, ou seja, uma transformação na maneira como o homem se relaciona consigo e com a natureza, dando ênfase a transição da Idade Média para a Idade Moderna.
- Recursos didáticos:
 - Apresentação de mapas
 - Poemas
 - Livro didático
- Bibliografia:
 - FERREIRA, José Roberto Martins, 1950 – História : 6^a série/ Martins. Ed. Reform.- São Paulo: FTD, 1997.
 - MACEDO, José Rivar, Brasil: uma História em construção . São Paulo: Editora do Brasil, 1996.

Escola estadual de Ensino Fundamental e Médio Severino Cabral.

Disciplina: História

Professora/ estagiária: Natália Rodrigues de Melo.

Orientadora: Herônides Câmara Donato.

Série: 6^a D

Plano de Aula

- Tema: Os índios

- Objetivo geral: Identificar a forma com o índio se relacionava com a natureza, sua forma de vida e sua cultura.

- Conteúdos:
 - Os primitivos habitantes do Brasil
 - A relação com a natureza
 - A cultura indígena

- Metodologia: Fazendo-se uso da aula expositiva será enfatizada as grandes diferenças culturais entre os portugueses e os índios, mas que os portugueses moldaram o modo de vida indígena através de um projeto autoritário e ideológico permeado pela busca de riquezas e a universalização do cristianismo. (As Navegações)

- Recursos didáticos:
 - Apresentação de gravuras
 - Cartazes
 - livro didático

- Bibliografia :
 - FERREIRA, José Roberto Martins, 1950 – História : 6^a série/ Martins. Ed. Reform.- São Paulo: FTD, 1997.
 - MACEDO, José Rivar, Brasil: uma História em construção . São Paulo: Editora do Brasil, 1996.

Escola estadual de Ensino Fundamental e Médio Severino Cabral.

Disciplina: História

Professora/ estagiária: Natália Rodrigues de Melo.

Orientadora: Herônides Câmara Donato.

Série: 6ª D

Plano de Aula

- Tema: O encontro entre o português e o índio.
- Objetivo geral: Reconhecer que o encontro entre o branco e o índio foi um encontro desigual baseado na relação de superioridade (o branco) e inferioridade (o índio).
- Conteúdos:
 - A chegada dos portugueses no Brasil
 - As relações comerciais entre Portugal e as Índias
- Metodologia: Na aula expositiva será dada ênfase ao encontro entre os portugueses e os índios. Encontro que significou a não aceitação do “outro” (o índio) pois os portugueses o consideravam como ser um inferior.
- Recursos didáticos:
 - Apresentação de cartazes
 - Gravuras
 - Livro didático
- Bibliografia:
 - FERREIRA, José Roberto Martins, 1950 – História : 6ª série/ Martins. Ed. Reform.- São Paulo: FTD, 1997.
 - MACEDO, José Rivar, Brasil: uma História em construção . São Paulo: Editora do Brasil, 1996.

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SEVERINO CABRAL.

CAMPINA GRANDE, 10 / 07 / 2000.

DISCIPLINA : HISTÓRIA.

SÉRIE : 6ª D.

ESTAGIÁRIA : NATÁLIA RODRIGUES.

ALUNO (A) : _____ . Nº : _____ .

ATIVIDADE

- Leia com atenção o seguinte poema de Fernando Pessoa :

Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.
Deus quis que a terra fosse toda uma.
Que o mar unisse, já não separasse.
Sagrou-te, e foste desvendando a espuma.

E a orla branca foi de ilha em continente,
Clareou, correndo, até o fim do mundo,
E viu-se a terra inteira, de repente,
Surgir, redonda do azul profundo.

Tendo como referência esse poema e o texto “ Portugal saiu na frente”, faça uma síntese sobre as Grandes Navegações (séculos XV e XVI).

ESCOLA EST. DE ENS. FUND. E MÉDIO SEVERINO CABRAL
CAMPINA GRANDE, 21/07/00
PROFESSORA: DAPAZ

ESTAGIÁRIA: NATÁLIA RODRIGUES

ALUNO(A)..... N.º..... NOTA:

6º-D

AVALIAÇÃO

- 1- Explique de que maneira cada um destes fatores favoreceu a expansão de Portugal no período das grandes navegações (séculos XV- XVI)
 - a) Tradição do povo português na pesca do bacalhau
 - b) Vizinhança com os castelhanos
 - c) Escola de Sagres
 - d) Aliança do rei com a burguesia mercantil
- 2- Nas sociedades indígenas existia uma divisão do trabalho. Como era essa divisão?
- 3- Por que não temos muitas informações sobre os primeiros habitantes do Brasil ?
- 4- Quais eram os objetivos da viagem de Cabral ?

ESCOLA EST. DE ENS. FUND. E MÉDIO SEVERINO CABRAL
CAMPINA GRANDE, 21\07\00
PROFESSORA: DAPAZ

ESTAGIÁRIA: NATÁLIA RODRIGUES

ALUNO(A)..... N^o. NOTA:

6^aD

AVALIAÇÃO

- 1- Quais foram os fatores que favoreceram a expansão marítima portuguesa ?
- 2- Os indígenas brasileiros viviam em comunidades primitivas. Fale sobre os aspectos da vida indígena em relação :
 - a) à propriedade da terra
 - b) à maneira de repartir a caça e a colheita
 - c) à forma de morar
- 3- O encontro dos portugueses com os índios foi marcado por diferenças culturais. Descreva algumas diferenças entre esses povos.
- 4- Quais eram os objetivos da viagem de Cabral ?

ESCOLA EST. DE ENS. FUND. E MÉDIO SEVERINO CABRAL
CAMPINA GRANDE, 21\07\00
PROFESSORA: DAPAZ

ESTAGIÁRIA: NATÁLIA RODRIGUES

ALUNO(A)..... Nº. NOTA:

6ª-D

AVALIAÇÃO

- 1- Em 1494, foi assinado o Tratado de Tordesilhas. O que significou esse acordo ?
- 2- A maneira como as tribos indígenas se relacionavam com a natureza era diferente do modo como os europeus se relacionavam com ela. Para os portugueses prevalecia o valor de troca e para os indígenas, o valor de uso. O que você entende por valor de troca e valor de uso ?
- 3- O encontro entre portugueses e tribos foi marcada pela relação de superioridade e inferioridade. Os portugueses consideravam-se superiores em relação aos índios. Você acha que há um povo ou uma cultura superior a outra. Por quê ?
- 4- Quais eram os objetivos da viagem de Cabral ?

ESCOLA EST. DE ENS. FUND. E MÉDIO SEVERINO CABRAL
CAMPINA GRANDE,07\00
PROFESSORA: MARIA DAPAZ

ESTAGIÁRIA :
NATÁLIA RODRIGUES

6º D

ALUNO(A)..... N.º NOTA:

AVALIAÇÃO
(prova de recuperação)

- 1- Cite os fatores que favoreceram a expansão marítima portuguesa e explique de que maneira cada um deles contribuiu para esse expansionismo.
- 2- Os indígenas brasileiros viviam em comunidades primitivas. Fale sobre os aspectos da vida indígena em relação à :
 - A) propriedade da terra
 - B) maneira de repartir a caça e a colheita
 - C) forma de morar
- 3- O encontro de portugueses com os índios foi marcado por diferenças culturais. Descreva algumas características que os diferenciavam :
 - A) índias
 - B) portugueses
- 4- No ano de 1494 foi assinado o Tratado de Tordesilhas. O que significou esse acordo?
- 5- Coloque V para as afirmações verdadeiras e F para as falsas

() A maneira como as tribos indígenas se relacionavam com a natureza era diferente do modo como os europeus se relacionavam com ela. Para os portugueses a natureza tinha o valor de uso e para os índios valor de troca.

() Um dos objetivos da viagem de Cabral era promover o comércio de especiarias e reforçar os contatos feitos por Vasco da Gama nas Índias.

() Nas comunidades primitivas houve muito desenvolvimento técnico, pois o meio ambiente não proporcionava tudo o que os índios precisavam, por isso, os indígenas foram pressionados a desenvolver novas técnicas.

() Uma das características da sociedade primitiva é a ausência de um poder institucionalizado , ou seja, de um governante, entre as nossos índios não havia esse poder.

() Nas sociedades primitivas havia divisão do trabalho, o critério usado para essa divisão era apenas a idade dos indivíduos.

() Todas as informações que temos sobre os primitivos habitantes do Brasil, tam origem nos documentos escritos deixados por eles, pois eles já utilizavam a escrita.

() Os povos indígenas explicam a origem das coisas através de mitos, de lendas.

() O nome índias é muito adequado para se referir aos grupos indígenas, porque todas as tribos existentes eram iguais.

() A conquista de Ceuta, em 1415, foi o ponto de partida da expansão marítima portuguesa , com ela os portugueses queriam quebrar o monopólio italiano no comércio com os árabes.

() O encontro entre portugueses e tribos foi marcado pela relação de superioridade e inferioridade. Os portugueses consideravam-se superiores em relação aos índios.

BOA SORTE !

ESCOLA ESTADUAL DE ENS. FUND. E MÉD. SEVERINO CABRAL
CAMPINA GRANDE, 03/07/00
ESTAGIÁRIAS : WANINE BURITI
NATÁLIA RODRIGUES

SÉRIE : 1º. A do ensino médio

PLANO DE AULA

TEXTO : “Os hebreus”

TEMA : O monoteísmo como forma de constituição de um povo

OBJETIVO : Reconhecer a tradição do pensamento religioso na Antiguidade, tendo como referência os hebreus.

CONTEÚDO :

- A Palestina dos hebreus : “a terra prometida”
- A luta pela Palestina
- A bíblia como testemunha : os hebreus na fase inicial de sua história
- Moisés e os dez mandamentos
- O êxodo dos hebreus

METODOLOGIA : Mostrar a importância da religião na vida dos hebreus, destacando o judaísmo como a grande contribuição cultural legada pelos hebreus às civilizações ocidentais e orientais.

PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS : Aula expositiva – dialógica, com a utilização de mapas e cartazes.

BIBLIOGRAFIA :

- MOTA, Carlos Guilherme & LOPES, Adriana. História e civilização (o mundo Antigo e Medieval). Ed. Ática, 1995.
- COTRIM, Gilberto & ALENCAR, Álvaro Duarte de. História Geral (Antiga e Medieval) Ed. Saraiva, 6ª. edição, 1987.

ESCOLA ESTADUAL DE ENS. FUND. E MÉD. SEVERINO CABRAL
CAMPINA GRANDE, 10/07/00
ESTAGIÁRIAS : NATÁLIA RODRIGUES
WANINE BURITI

SÉRIE : 1º.A

PLANO DE AULA

TEXTO : “Civilização fenícia”

TEMA : O comércio marítimo fenício e a invenção do alfabeto

OBJETIVO : Compreender a influência do mar na vida do povo fenício, tendo como referência a invenção do alfabeto como a grande contribuição cultural desse povo.

CONTEÚDO :

- Organização política do povo fenício
- A estrutura social
- O comércio marítimo na vida dos fenícios
- A invenção do alfabeto
- A religião
- A cultura

METODOLOGIA : Mostrar a grande contribuição que os fenícios nos legou, o alfabeto, e a importância do mar na vida econômica desse povo.

PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS : Aula expositiva – dialógica, com a utilização de mapas, cartazes e imagens.

BIBLIOGRAFIA :

- MOTA, Carlos Guilherme & LOPES, Adriana. História e Civilização (o mundo Antigo e Medieval). Editora Atica, 1995.
- COTRIM, Gilberto. História e Consciência do Mundo, 1: da Pré- História à Idade Média. Ensino fundamental. 14ª ed., SP, Saraiva, 1998.

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUND. E MÉD. SEVERINO CABRAL
CAPINA GRANDE, 17/07/00
ESTAGIÁRIAS : WANINE BURITI
NATÁLIA RODRIGUES
SÉRIE : 1º A

PLANO DE AULA

TEXTO : “Civilização persa”

TEMA : Formação e evolução do Império persa

OBJETIVO : Compreender a formação e a evolução do Império persa, levando em consideração as manifestações culturais dos persas na religião.

CONTEÚDO :

- A formação do Império persa e sua evolução política
- A expansão do Império persa
- Sociedade e cultura
- A religião

METODOLOGIA: Mostrar a especificidade das manifestações culturais dos persas no campo da religião.

PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS: Aula expositiva – dialógica, mapas e cartazes.

BIBLIOGRAFIA :

- MOTA, Carlos Guilherme & LOPES, Adriana. História e Civilização (o mundo Antigo e Medieval). Editora Ática, 1995.
- COTRIM, Gilberto & ALENCAR, Álvaro Duarte de. História geral (antiga e medieval) Editora Saraiva, 6ª. ed., 1987.
- MOCCELLIM, Renato. História Antiga e Medieval. Editora do Brasil S/A, SP.

ESCOLA DE ENS. FUND. E MÉDIO SEVERINO CABRAL
CAMPINA GRANDE, 03\07\00
PROFESSORA: ANA TEREZA

ESTAGIÁRIAS:

WANINE BURITI
NATÁLIA RODRIGUES

ALUNO(A):
SÉRIE: 1ºA IIª UNIDADE

OS HEBREUS

A Palestina dos hebreus: a “terra prometida”

Se olharmos um mapa do antigo Oriente Médio, veremos que a Palestina fica entre o rio Jordão e o mar mediterrâneo. Ao norte a Palestina encosta-se à Fenícia e, ao sul, ao deserto do Sinai. Apesar da pouca extensão do seu território a Palestina era formada por três regiões geográficas: a região norte, que os hebreus chamavam de Galiléia, era formada por colinas cobertas de vegetação e era a mais fértil da Palestina; a região central, chamada de Samaria, era menos fértil que a Galiléia; e a região sul, que era árida e montanhosa e onde quase ninguém conseguia viver.

Atualmente, o território da antiga Palestina é ocupado por Israel. A Palestina foi, e ainda é, a “terra prometida” dos hebreus, um povo de origem semita (judaica) que ali se estabeleceu por volta de 2000 a .C. Hoje é uma região semidesértica, mas antigamente ela recebia chuvas e era um lugar muito próspero. Os vales eram ideais para criar cabras e ovelhas, as planícies produziam cereais, as encostas das montanhas estavam cobertas de bosques de cedros e oliveiras – era essa a “terra prometida” que o povo hebreu tanto procurou .

A luta pela Palestina

Por volta de 3000 a.C., a tribo dos cananeus, de origem semita, chegou ao rio Jordão. Por isso, a região é conhecida como “terra de Canaã” desde essa época.

Aproximadamente em 1300 a .C., a região foi invadida por outro povo, os filisteus (tribos árias que vieram da ilha de Creta). Os filisteus, por sua vez, deram o nome à região que passou a se chamar Filistina (Palestina). Os filisteus se fixaram nas costas da Palestina, pois eram navegadores.

Mais tarde, a tribo semita dos hebreus conquistou os cananeus e os filisteus e lá estabeleceu um reino. O Antigo Testamento da Bíblia, o livro sagrado dos hebreus, conta a história dos hebreus na antiguidade com detalhes.

A Bíblia como testemunha

Na fase inicial de sua história os hebreus eram nômades e se dedicavam ao pastoreio, até então era um povo que adorava muitos deuses e ídolos. Organizados em tribos a autoridade provinha de laços de parentesco, assim, era um tipo de sociedade patriarcal.

A Bíblia conta que Abraão (nome que significa “pai de muitas nações”) foi o primeiro patriarca. Chefiados por Abraão, os hebreus vieram da cidade de Ur, na Mesopotâmia, e se estabeleceram na Palestina, por volta de 2000 a..C. Por três séculos, então, os hebreus viveram na Palestina comandados por chefes patriarcas até que, no final desse período, uma terrível seca assolou a região provocando fome e tragédia para os hebreus e os obrigou a emigrar para o Egito, como veremos mais à frente.

De acordo com a Bíblia, Deus escolheu Abraão para cumprir uma promessa . Ele seria o pai de um povo muito numeroso, por meio do qual viria a salvação do mundo, mas para que isso acontecesse Abraão deveria abandonar os outros deuses e ídolos e crer num único deus. Além disso, deveria ir ao lugar que um dia seria de seus filhos e netos – a Palestina, como já foi dito anteriormente.

Abraão acreditou na palavra de Deus, deixou de lado os deuses e ídolos passando a crer, junto com o seu povo, num só deus e partiu com a sua família em direção a Canaã .

Deus apareceu de novo e propôs a mesma coisa ao filho (Isac) e ao neto (Jacó) de Abraão. Jacó mudou o seu nome para Israel, que significa combatente de Deus, teve doze filhos, os quais deram origem às doze tribos de Israel. José, um dos filhos de Jacó, foi vendido pelos seus irmãos à mercadores egípcios. Mais tarde, após ter interpretado um sonho do faraó, tornou-se uma espécie de primeiro ministro . Segundo a Bíblia, neste momento ficava explícito que Deus havia protegido José, tornando-o o sucessor do faraó egípcio.

Isso aconteceu justamente na época em que o Egito havia sido conquistado pelos hicsos, coincidindo com o período da terrível seca que assolou a Palestina provocando a emigração dos israelitas (hebreus) para o Egito. E foi , somente, graças a influência de José no Egito que as tribos israelitas, que fugiam da seca, puderam se fixar no Egito. Inclusive, seus irmãos que o venderam.

O cativeiro no Egito (1700 a.C. à 1280 a.C)

Quando o Egito foi invadido pelos hicsos, que também eram semitas, os hebreus se tornaram seus protegidos. Mas quando os egípcios conseguiram se livrar dos hicsos,

escravizaram os hebreus. A opressão aos hebreus era tanta, que o faraó ordenou aos egípcios que matassem todos os filhos, recém-nascidos do sexo masculino, dos hebreus para evitar que aquele povo, que propagava a sua fé a um único deus (o que, para os egípcios era uma afronta, pois acreditavam em vários deuses e desconheciam esse Deus que os hebreus proclamavam com tanta fé), se tornasse mais numeroso.

Uma mãe hebraica, para impedir que seu filho fosse morto o colocou num cesto de vime envernizado com breu e o lançou nas águas do Nilo. Uma princesa egípcia o salvou e deu-lhe o nome de Moisés. Mais uma vez, segundo a Bíblia, Deus lhes daria a prova de sua proteção, pois seria justamente este único menino, que conseguiu ser salvo do massacre, que reconduziria o povo de Israel do Egito para a “terra prometida”, após a célebre passagem pelo Mar Vermelho.

Moisés e os dez mandamentos

No caminho de volta à “terra prometida”, quando os hebreus atravessaram o deserto do Sinai, a promessa que o deus dos hebreus tinha feito à Abraão, há muitos anos, tornou-se um pacto. Conforme esse pacto, Deus protegeria o povo hebreu se este o obedecesse. Os hebreus não acreditaram na palavra de Deus, e por isso, por terem desconfiado, ficaram vagando no deserto durante quarenta anos (esse período ficou conhecido como êxodo). Foi durante esse êxodo, no monte Sinai, que Moisés recebeu de Deus (Javé, ou Jeová) os dez mandamentos que passaram a nortear a vida do povo judeu. Finalmente, depois de tantos anos vagando pelo deserto, Moisés conseguiu levar os hebreus à “terra prometida” e, ao chegar lá, morreu.

Foi Josué, sucessor de Moisés, que conquistou a terra de Canaã. Josué liderou os hebreus que conquistaram a Palestina. A Bíblia conta que a proteção de Deus nas batalhas era evidente.

A luta pela conquista da “terra prometida” fez com que surgissem chefes militares que passaram a concentrar o poder em suas mãos. Estes chefes militares ficaram conhecidos, na história de Israel, pelo nome de juízes – Sansão e Gedeão foram os juízes mais conhecidos. Depois de muitas lutas, os hebreus conquistaram a Palestina e a dividiram em doze províncias, ou seja, uma província para cada uma das famílias de Jacó. A partir desse momento, os hebreus se tornaram sedentários e começaram o cultivo do solo.

A monarquia (1044 a.C. à 721 a.C.)

A luta contra os filisteus e os cananeus unificou as doze tribos dos hebreus. Finalmente, em 1044 a.C., Samuel, o último juiz patriarca, sagrou o primeiro rei de Israel, Saul.

Com a morte de Saul, seu filho Davi tornou-se rei de Israel. Seu grande mérito foi ter vencido os filisteus, proclamando a cidade de Jerusalém a capital do Estado Judeu. Criou um poderoso exército, organizou a administração e o sistema de impostos. Procurou dar à monarquia um caráter sagrado.

Com a morte de Davi, subiu ao trono seu filho Salomão, cujo reinado marcou o apogeu do Estado de Israel. Durante o seu governo houve um grande desenvolvimento comercial, foram construídos palácios, fortificações e o Templo de Jerusalém (uma das sete maravilhas da Antiguidade), dedicado ao Deus Jeová.

A decadência (721 a.C. à 63 a.C.)

Após a morte de Salomão, seu sucessor começou a aumentar os impostos, tornando-se cada vez mais exigente e opressor. A população que já se queixava dos impostos, desde o reinado de Salomão, começou a ficar cada vez mais descontente. O reino de Israel foi dividido em duas partes: Judá e Israel. O reino de Judá, ao sul, tinha como capital Jerusalém, enquanto o reino de Israel ao norte, tinha como capital Samaria.

Em 723 a.C., os assírios conquistaram o reino de Israel, submetendo seu povo. O reino de Judá resistiu até 586 a.C., quando foi conquistado pelo rei da Caldéia, Nabucodonosor, que levou os judeus cativos para a Babilônia.

Os judeus acharam que Deus os tinha abandonado, por não terem respeitado o pacto. Apesar disso, a Bíblia conta que Deus fez um outro pacto com os judeus. Esse novo pacto dizia que um salvador, ou messias, daria início “ao novo reino de Deus”, que se construiria sobre a virtude e a bondade e não sobre o medo. O pacto também dizia que o deus dos hebreus se tomaria o deus de todos os homens e mulheres da terra.

Após cinquenta anos de cativo, e do novo pacto com Deus, os persas derrotaram os caldeus e devolveram aos judeus uma certa liberdade. Eles puderam voltar à Palestina e reconstruir o templo e as muralhas de Jerusalém. Tal liberdade não perdurou, pois, mais tarde, a região passou ao domínio de Alexandre Magno (rei da Macedônia), para em 63 a.C. transformasse em província do Império Romano.

O Estado de Israel

Depois do ano 70 d.C., o povo israelita espalhou-se pelo mundo, passando a viver em pequenas comunidades, mas mantiveram ao longo dos anos sua religião, seus costumes, sua língua e seus objetivos comuns (entre eles, voltar para a Palestina). Eram uma nação, sem possuir um Estado.

Somente em 1948 é que foi criado o Estado de Israel, organizando-se politicamente a nação israelita, com o seu povo, seu território e o seu governo.

Vida cultural

A religião

A religião hebraica, o judaísmo, representa a grande contribuição cultural dos hebreus ao mundo ocidental. Como já vimos, a história dos hebreus mostra a vocação

religiosa desse povo que acreditava num só deus. É nesse aspecto, que os hebreus foram diferentes dos demais povos da Antiguidade. O deus deles lhes dava tudo o que precisavam e também lhes deixava saber o que queria deles, por meio de revelações.

A doutrina básica do judaísmo encontra-se no Torá (códigos de leis), que corresponde aos livros do Pentateuco, contido no Velho Testamento da Bíblia.

A importância da religião hebraica é muito grande, pois nela encontramos fundamentos de três grandes religiões da atualidade: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo.

Ao mesmo tempo, a Bíblia é, sem dúvida, uma das obras – primas da literatura da Antiguidade. Esse foi o legado sobre o qual os cristãos construíram uma nova religião a partir da chegada de Jesus Cristo.

Além de ser um livro religioso, a Bíblia contém preceitos morais e jurídicos, narrativas históricas e obras poéticas. É a principal fonte histórica para o estudo da evolução social e política do antigo povo judeu.

Ciência

No setor científico, os hebreus não empreenderam nenhuma inovação relevante. Também

Também não tiveram projeção no campo da pintura ou da escultura. Na arquitetura, assim como entre outros povos da Antiguidade, as artes permaneceram “servas” da religião.

Indiscutivelmente, a maior realização da arquitetura hebraica foi o Templo de Jerusalém, construído no reinado de Salomão.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- MOTA, Carlos Guilherme & LOPES, Adriana. *História e Civilização (o mundo antigo e medieval)*. Editora Ática, 1995.
- COTRIM, Gilberto & ALENCAR, Alvaro. *Fonte de História Geral (antigo e medieval)*. Editora Scipione, 6ª ed, 1987.
- MOCELLIM, Renato. *História Antiga e Medieval*. Editora do Brasil S/A, SP.

ESCOLA EST. DE ENS. FUND. E MÉDIO SEVERINO CABRAL
CAMPINA GRANDE, 10\07\00
PROFESSORA: ANA TEREZA

ESTAGIÁRIAS:

NATÁLIA RODRIGUES
WANINE BURITI

ALUNO(A):
SÉRIE: 1^o.A II^a UNIDADE

“ CIVILIZAÇÃO FENÍCIA ”

De um lado o mar, de outro montanhas. Essa era a situação da Fenícia , uma região que não tinha muitas terras férteis. Sem outra alternativa, os Fenícios lançaram-se ao mar e desenvolveram um movimentado comércio com os povos vizinhos. Por isso, se tornaram os maiores navegadores do mundo antigo, espalhando seu comércio por várias regiões.

A civilização fenícia nos deixou uma importante herança: o alfabeto, uma das mais geniais invenções da história da comunicação humana.

LOCALIZAÇÃO

A Fenícia era uma estreita faixa de terra, com aproximadamente 40 km de largura, entre o mar mediterrâneo e as montanhas do Líbano. Atualmente, essa região corresponde ao Líbano e à parte da Síria.

As terras da Fenícia não eram férteis e, por isso, as colheitas não eram suficientes para alimentar toda a população.

Vivendo espremidos entre o mar e as montanhas, os fenícios lançaram-se à navegação marítima e estabeleceram relações de comércio com as principais cidades da Antiguidade. Terra de marinheiros e comerciantes, a Fenícia acabou desenvolvendo uma civilização marítimo-mercantil.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

A fenícia era formada por cidades independentes entre si e, por isso eram chamadas de Cidades – Estados. De modo geral, cada cidade tinha um governo próprio, comandado por um rei, cujo título era transmitido por hereditariedade. Assim, a Fenícia nunca formaram um país unificado.

As mais importantes cidades fenícias foram:

- Biblos - Destacou-se pela intensa relação comercial que teve com o Egito. Os comerciantes de Biblos exportavam aos egípcios, madeira, prata e em troca recebiam papiro; o que tornou essa cidade o centro de comercialização deste produto.
- Sídon – Com a ajuda dos egípcios Sídon conseguiu monopolizar, ou seja, dominar totalmente o comércio do Mediterrâneo oriental entre 1.600 a C e 1300 a.C. Com a decadência do Egito, Sídon perdeu seu mercado, isto é, não tinha mais a quem vender os seus produtos que procurava nas terras distantes.
- Tiro – A cidade de Tiro, que quer dizer “a rocha”, foi construída sobre uma ilha. Foi a cidade mais importante da Fenícia, entre 1200 a C e 900 aC. A ausência de um império que dominasse os demais fez com que os habitantes de Tiro se tornassem os senhores do mar. Foi assim que eles estenderam o contato do Oriente Médio com o mediterrâneo ocidental e outros lugares além do mar Mediterrâneo.
- Ugarit – Enquanto permaneceu sob o domínio egípcio esta cidade esteve em plena prosperidade. Mais tarde, sob o domínio dos hurritas e hititas a cidade entrou em decadência.

SOCIEDADE

Na sociedade fenícia, o papel social das pessoas estava relacionado ao seu poder econômico. Dessa maneira, participava do governo uma elite de indivíduos ricos: grandes comerciantes marítimos, donos de oficinas artesanais, negociantes de escravos e construtores de navios.

A seguir com menos poder e menor importância na escala social, vinha uma classe de pequenos proprietários e trabalhadores livres, entre eles artesãos, pescadores e camponeses.

A parcela social mais explorada era composta pelos escravos e marinheiros pobres.

Ao contrário dos demais povos do Oriente Médio, os sacerdotes e os militares não tinham um papel muito importante na sociedade fenícia.

ECONOMIA

O comércio marítimo era a principal atividade econômica dos fenícios. Devido aos negócios comerciais, desenvolveram a navegação a longa distância e tornaram-se os maiores navegadores da antiguidade.

A maior parte dos produtos exportados pelos fenícios eram feitos nas oficinas dos artesãos, que se dedicavam à : metalurgia - armas de bronze e ferro, jóias de ouro e

prata, etc; fabricação de vidros; tintura de tecidos de lã – utilizavam a púrpura (tinta avermelhada extraída do molusco múrice)

De várias regiões do Mundo Antigo, os fenícios importavam metais, pedras preciosas, perfumes, cavalos, cereais, etc. A cidade de Tiro tinha o principal mercado de escravos : os tírios compravam prisioneiros de guerra (brancos e negros) e os vendiam como escravos para os reis do Oriente.

Com o objetivo de expandir o comércio, os fenícios fundaram também diversas colônias, que serviram como entreposto mercantil (ponto de comércio) em lugares como Chipre, Sicília, Sardenha e sul da Espanha, além de Cartago, no norte da África, a mais importante colônia estabelecida pelos tírios.

RELIGIÃO

Os fenícios acreditavam em vários deuses, isto é, eram politeístas. Adoravam os astros e as forças da natureza. Cada cidade tinha seus deuses particulares. Todas elas adoravam o céu e a lua. Os templos fenícios eram parecidos com os templos egípcios. Eles faziam festas para seus deuses.

Todas as cidades da Fenícia tinham seu deus protetor, que era chamado de Baal.

O baal de Biblos era Adônis , o de Sídon Es hmun e de Tiro chamava-se Melcart.

Durante muito tempo, se escreveu que os fenícios tinham uma religião extremamente cruel, onde inúmeras crianças eram sacrificadas. No entanto, sabe-se que isto não corresponde à verdade. Eis o que diz Gerhard Herm sobre os fenícios:

“Os fenícios e os cartaginenses sempre consideraram a oferenda de vítimas humanas como a manifestação suprema de um sacrifício aos deuses , só que geralmente , evitavam sua concretização. Só quando absolutamente necessário é que resolviam cumprir a lei ao pé da letra.”

Embora esses acontecimentos em nada diminuam os aspectos ao mesmo tempo fúnebres e sanguinolentos dessa prática, permitem, no entanto, reconhecer que seus praticantes não agiam, de forma alguma, movidos apenas por sentimentos de irrefreável desumanidade.

Na verdade, quando acontecia a necessidade de cumprir o sacrifício supremo, era com o coração aos pedaços que as crianças eram sacrificadas aos deuses.

CULTURA

A grande contribuição dos fenícios foi no campo cultural, com a criação do alfabeto. Essa maravilhosa invenção nasceu da necessidade de um registro escrito das compras e vendas. Era preciso encontrar um modo prático que facilitasse a atividade comercial.

O alfabeto fenício era bem mais simples que a escrita cuneiforme da Mesopotâmia e os hieróglifos do Egito. Ele se compunha de 22 letras, todas consoantes. Mais tarde esse alfabeto foi aperfeiçoado pelos gregos , que acrescentaram as vogais. Do alfabeto grego se formou o alfabeto latim, que o mais utilizado atualmente.

AS CIENCIAS E AS ARTES

Nas artes, os fenícios demonstraram uma grande falta de originalidade, sendo que seus templos, palácios, estátuas e sarcófagos são imitações de modelos estrangeiros, notadamente egípcios.

Assim, os fenícios não criaram nenhuma arte própria, pois imitavam tudo aquilo que os demais povos faziam. Mas, por outro lado, eles aperfeiçoaram muitas das descobertas que esses povos fizeram.

Os egípcios inventaram o vidro. Os fenícios aperfeiçoaram a técnica dos egípcios e foram os primeiros produtores de cristal transparente. Eles aprenderam a tingir tecidos com os caldeus e logo se tornaram os principais produtores de tecidos da cor púrpura, usadas pelos reis e a nobreza do Oriente Médio.

Foram armadores de barcos, sua frota foi a mais poderosa do Mundo Antigo. Além disso, se especializaram na produção de armas de ferro e de bronze. As jóias e os perfumes feitos pelos fenícios eram conhecidos em todo o Mundo Antigo.

Por outro lado, eles desenvolveram a geografia e a astronomia, o que facilitava a navegação e o reconhecimento das terras distantes, as quais eles se aventuravam. Navegavam à noite com o auxílio de estrelas. A estrela Polar era conhecida, entre os povos menos aventureiros, como a "estrela dos fenícios". Desenvolveram também, a geometria e o desenho, que aplicavam na construção de barcos.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- MOTA, Carlos Guilherme & LOPES, Adriana. História e Civilização (o Mundo Antigo e Medieval). Editora Ática, 1995.
- COTRIM, Gilberto. História e Consciência do mundo, 1: da Pré-história à Idade Média. Ensino fundamental. 4ª ed., SP, Saraiva, 1998.

ESCOLA EST. DE ENS. FUND. E MÉDIO SEVERINO CABRAL
CAMPINA GRANDE, 17\07\00
PROFESSORA: ANA TEREZA

ESTAGIÁRIAS:

**WANINE BURITI
NATÁLIA RODRIGUES**

ALUNO(A):
SÉRIE: 1^o.A II^a UNIDADE

“CIVILIZAÇÃO PERSA”

A formação do império persa e sua evolução política

Por volta do ano 1000 a.C., tribos de origem indo-européia (ou melhor, tribos iranianas de origem árias) emigraram para a região do planalto do Irã, situado a sudeste da Mesopotâmia, e conquistaram esse lugar. Entre essas tribos destacaram-se os medos e os persas. Ao final do século VII a.C., os medos já tinham um império organizado, que submetia o povo persa.

Foi somente por volta da segunda metade do século VI a.C. que persas e medos uniram-se em condições de igualdade, como veremos mais a diante, para formar um grande império. Essa unificação deu-se sob a liderança de Ciro, o Grande.

A Mesopotâmia foi dominada pelos semitas até a chegada dos persas. Os persas assimilaram e aperfeiçoaram a cultura dos povos da Mesopotâmia e do Oriente Médio, e assinalaram o início de uma nova concepção de império marcada pela tolerância cultural e religiosa para com os conquistados.

* A disputa entre medos e persas

Os árias do Irã se dividiram em dois grupos: os que foram para a região de Média, ao sul do mar Cáspio, se chamavam medos; os que se fixaram na região da Pérsia, perto do golfo Pérsico, se chamavam persas.

Apesar de terem se fixado em regiões diferentes, estes dois grupos iranianos falavam a mesma língua e usavam a escrita cuneiforme dos sumérios. Ao se fixarem no planalto do Irã, começaram a cultivar a terra. Para facilitar o trabalho no campo, utilizavam o ferro e o cavalo. Foram eles que começaram a usar o camelo como meio de transporte. Foram os persas que trouxeram para o Irã a pêra e o pêssego que, posteriormente, se tornou tão apreciada em vários lugares do mundo.

Houve dois momentos em que cada um dos grupos foi mais forte e governou o planalto do Irã. Os primeiros, como já vimos, foram os medos.

* Os medos

Os medos mantiveram contato com os povos da Mesopotâmia, com os quais aprenderam muito. Durante o domínio dos assírios na Mesopotâmia, os medos foram obrigados a pagar impostos muito pesados. No início do século VII a.C., Daiocos, o chefe militar dos medos, conseguiu unificar todo o planalto do Irã, construiu a capital na cidade de Ecbátana e se proclamou rei da Média.

Daiocos tentou se livrar das garras dos assírios para não ter que pagar impostos, mas não conseguiu. Ciaxares, seu filho, consolidou o império dos medos. Ajudou os caldeus quando eles se rebelaram contra os assírios e, em troca, recebeu as províncias que faziam parte da assíria. A Média se tornou, então, um império respeitável. Mas o neto de Daiocos não conseguiu manter o poder.

Foi exatamente nesse momento que os persas armaram uma conspiração contra o neto de Daiocos e lhe tomaram o poder. Isso aconteceu, porém, sem nenhuma guerra. Os persas simplesmente colocaram um príncipe deles, Ciro, no lugar do rei de medos. Ciro assumiu o trono em 559 a.C. Era como se a dinastia, ou família dos reis, tivesse sido trocada.

Ciro ficou conhecido como um dos governantes mais inteligentes e espertos da Antiguidade. Foi o responsável pela organização e consolidação do império persa, um dos maiores e mais poderosos da Antiguidade. É por isso que passou a ser chamado de Ciro, o Grande. Além disso, ele não matava e nem perseguia os prisioneiros de guerra. Talvez essa seja uma das razões por que os diferentes povos da Mesopotâmia não se importavam de viver sob o domínio dos persas.

* A expansão do império persa

Após ter organizado seu próprio reino, Ciro iniciou a conquista dos territórios vizinhos da Pérsia. Conquistou o reino da Lídia, na Ásia Menor, em 546 a.C., toda a Mesopotâmia em 539 a.C. Libertou os hebreus e permitiu que eles voltassem à Palestina. Apesar disso, os povos conquistados por Ciro eram obrigados a pagar altos impostos.

Ciro morreu em 529 a.C. e foi sucedido por seu filho, Cambises. Cambises tentou expandir mais ainda as fronteiras do império persa. Conquistou o Egito em 525 a.C. e se proclamou faraó. Tentou conquistar o norte da África, mas lá os exércitos persas foram derrotados.

A situação na Pérsia não era das melhores. Cambises tinha mandado assassinar seu irmão e teve de voltar à Pérsia às pressas para enfrentar uma revolta. As lendas contam

que Cambises ficou furioso e enlouqueceu. Ao montar no cavalo para iniciar a viagem de volta, feriu-se com a própria espada e morreu alguns dias depois.

* A revolta dos príncipes: o império de Dario

Em Persépolis, capital do império persa, após a morte de Cambises, a confusão foi grande: um mago chamado Gaumata se fez passar pelo irmão que Cambises mandara assassinar em segredo e governou o império durante alguns meses, até que alguns príncipes descobriram que se tratava de um impostor. Esses príncipes tomaram o governo e Dario I, o chefe deles, foi proclamado o novo imperador da Pérsia. Dario governou a Pérsia entre 521 a.C. - 486 a.C.

Dario I era muito inteligente e ousado. Conseguiu expandir a fronteira do império até o rio Indo, no leste, e até o rio Danúbio, no oeste. Tentou conquistar as cidades gregas, mas foi derrotado na Batalha de Maratona, em 490 a.C., e na batalha naval de Salamina, em 480 a.C.

Durante o reinado de Dario I, o império Pérsia atingiu seu período de maior glória.

Para cuidar de seus domínios, Dario criou uma complexa organização político-administrativa. Dividiu o império em províncias, chamadas satrapias, sendo cada uma governada por um administrador local denominado sátrapa (alto funcionário do império persa).

Além disso, não havia uma capital única para o império, podendo o rei ficar em cidades como Pasárgada, Persépolis, ou Susa.

O sucessor de Dario, Xerxes e Artaxerxes, tentaram conquistar as cidades gregas em outras duas guerras. Os gregos chamaram essas guerras de guerras médicas, pois acreditavam que os persas eram os medos. Essa luta contra os gregos continuou até que os persas não conseguiram resistir ao avanço do exército de Alexandre Magno, rei da Macedônia. Em 330 a.C., o império persa foi conquistado por Alexandre Magno.

* Sociedade e cultura

Os persas aproveitaram tudo aquilo que os demais povos do Oriente Médio criaram e desenvolveram. Adotaram o modo de vida dos povos da Mesopotâmia. O exército persa era organizado da mesma maneira que os assírios tinham organizado seu exército.

Como já foi dito antes, Dario foi o responsável pelo período de maior esplendor do império persa. Construiu estradas que melhoraram as comunicações dentro do império. A Estrada Real, ligando Susa a Sardes, possuía 2.500km de extensão.

Dario chegou a cunhar moedas de ouro, os dáricos, que circulavam em todo o Oriente. Isso facilitou o comércio dentro do império, pois era mais fácil trocar mercadorias entre vários lugares usando a mesma moeda.

Além disso, Dario dividiu o império em satrapias, como também já vimos. A satrapia é como se fosse um estado, e o sátrapa é como se fosse um governador de estado. Havia, também, um grande número de fiscais que controlavam o que os sátrapas faziam. Esses funcionários eram conhecidos como os "olhos e ouvidos do rei". Todos esses fiscais, assim como os sátrapas, eram escolhidos pelos reis.

O exército tinha um papel muito importante na vida dos persas, pois foi com a força de seu exército que conseguiram conquistar o império. Além disso, o exército contribuía para manter a unidade do império. E foi com os persas que, pela primeira vez, na Antiguidade, se formou um exército com soldados de vários povos diferentes.

Os povos submetidos eram obrigados a pagar impostos, mas, em compensação, podiam manter os seus costumes, suas leis, seus deuses e sua língua. Além dos impostos, os povos submetidos tinham que fornecer soldados.

Todo esse imenso império era governado pelo rei, que vivia nos palácios das cidades de Pasárgada, Susa ou Persépolis. O rei administrava o seu império a distância: por isso, as estradas e as comunicações foram tão importantes no império persa. A corte dos reis da Pérsia era muito luxuosa, e para mantê-la o rei cobrava impostos. O rei dos persas tinha também direito de vida e morte sobre seus súditos.

A família dos persas era do tipo patriarcal, ou seja, o pai podia decidir o destino da mulher e dos filhos. As famílias mais antigas, consideradas “nobres”, eram donas de todas as terras. As pessoas não consideradas nobres eram lavradores, soldados ou executavam a manutenção das obras de irrigação e das estradas do império.

Os magos, muito respeitados na sociedade persa, eram conselheiros do rei e dirigiam as cerimônias religiosas. A justiça, que consistia num conjunto de aplicação de leis, era exercida por magos nomeados pelo rei.

*A economia

A economia persa tinha, inicialmente, como base a agricultura (centeio, trigo e cevada) e a criação de gado. Assim, a maioria da população era formada por camponeses pobres que trabalhavam nas terras de nobres, donos de grandes propriedades.

Com a expansão do império e a construção da rede de estradas, que facilitou a comunicação entre as satrapias, desenvolveram-se a produção artesanal e o comércio.

Para facilitar as trocas comerciais, Dario I determinou que se cunhassem moedas de ouro.

*A religião

Quando as tribos iranianas foram chegando ao planalto que hoje leva o seu nome, elas adoravam o sol, a quem chamavam de Mitra. Mas na metade do século VII a.C., um homem chamado Zaratustra ou Zoroastro começou a pregar uma nova religião.

Segundo essa religião, só existia um deus, Ormuz, criador da luz, do fogo, da água, da terra e de tudo o que é bom. Ele era o deus do bem. Ormuz vivia lutando contra Arimã, o espírito do mal, criador das trevas, da angústia, da dor, e de tudo que de ruim existe. O homem estava no meio da disputa entre o bem e o mal. Seu comportamento, bom ou mal, ajudava a fortalecer um dos dois lados.

Quando uma pessoa morria, os persas acreditava que a alma dessa pessoa era julgada por Ormuz, que decidia se ela poderia entrar no reino do bem, o paraíso. O paraíso dos persas era um grande parque com árvores de várias espécies e povoado por uma variada fauna para caça. Em compensação, o inferno não era eterno. Todos acabavam,

eventualmente no paraíso. Os corpos das pessoas mortas não eram enterrados, pois eram considerados "impuros". Eles deixavam que as aves de rapina os devorassem.

*As ciências e as artes

Conforme já vimos, os persas assimilaram a cultura dos povos da Mesopotâmia. Seus palácios foram cópias dos estilos usados pelos diversos povos da Antiguidade com os quais entraram em contato.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA :

MOTA, Carlos Guilherme & LOPES, Adriana História e Civilização (O Mundo Antigo e Medieval). Editora Ática, 1995.

COTRIM, Gilberto & ALENCAR, Elvare Duarte de. História Geral (Antigo e Medieval). Editora Saraiva, 6ª ed., 1987.

MOCELLIM, Renato. História Antiga e Medieval. Editora da Brasil S/A, SP.

ESCOLA EST. DE ENS. FUND. E MÉDIO SEVERINO CABRAL
CAMPINA GRANDE,07\00
PROFESSORA: ANA TEREZA

ESTAGIÁRIAS : WANINE BURITI
NATÁLIA RODRIGUES

1º. A

ALUNO(A)..... N° NOTA:

AVALIAÇÃO

1-O que caracterizou politicamente a Fenícia ?

2-Quais foram as cidades fenícias que mais se destacaram. Dê informações sobre elas.

3-Dario I, célebre imperador da Pérsia, tem seu nome ligado à :

A () Conquista do Reino de Média e a fundação do Império Persa.

B () Elaboração da religião dualista persa, cujo fundamentos se encontram no livro sagrado Zed- Avesta.

C () Conquista do Antigo Egito em 525 a.C., na famosa batalha de Pelusa

D () Organização político- administrativa do Império Persa, com a criação das satrapias, das estradas reais e o dário.

4-A principal contribuição dos hebreus para a civilização ocidental foi :

A () A organização política.

B () O monoteísmo religioso.

C () O conhecimento científico e tecnológico.

D () todas estão corretas.

5-Pode-se dizer que um dos elementos fundamentais da religião persa na Antiguidade, após Zaratustra, é :

A () O politeísmo caracterizado pela prática da adoração de ídolos zoomórficos.

B () O caráter local do culto, já que cada região possuía suas próprias divindades supremas.

C () O dualismo representado pela oposição entre o princípio do bem e do mal.

D () Todas estão corretas.

6-Faça à correspondência:

- A sátrapas () funcionários do rei que fiscalizavam o governo das províncias
- B satrapias () administradores gerais das províncias
- C Olhos e Ouvidos do rei () províncias do Império ~~PERSA~~ PERSA

7-Sobre a religião persa, escreva as informações solicitadas :

- A) O seu fundador
- B) O livro sagrado
- C) Os fundamentos

.....

.....

.....

8-Por volta da segunda metade do século VI a.C., persas e medos uniram-se para formar um grande império. Essa unificação deu-se sob a liderança de :

- A() Ataxerxes
- B() Xerxes
- C() Dario II
- D() Ciro

Boa sorte!

ESCOLA EST. DE ENS. FUND. E MÉDIO SEVERINO CABRAL
CAMPINA GRANDE,07\00
PROFESSORA: ANA TEREZA

ESTAGIÁRIAS : WANINE BURITI
NATÁLIA RODRIGUES

1º. A

ALUNO(A)..... N.º. NOTA:

AVALIAÇÃO
(prova de recuperação)

1-Dario I, célebre imperador da Pérsia, tem seu nome ligado à :

- A () Conquista do Reino de Média e a fundação do Império Persa.
- B () Elaboração da religião dualista persa, cujo fundamentos se encontram no livro sagrado Zed- Avesta.
- C () Conquista do Antigo Egito em 525 a.C., na famosa batalha de Pelusa
- B () Organização político- administrativa do Império Persa, com a criação das satrapias, das estradas reais e o dáríco.

2-A principal contribuição dos hebreus para a civilização ocidental foi :

- A() A organização política.
- B() O monoteísmo religioso.
- C() O conhecimento científico e tecnológico.
- D() todas estão corretas.

3-Faça à correspondência:

- A sátrapas () funcionários do rei que fiscalizavam o governo das províncias
- B satrapias () administradores gerais das províncias
- C Olhos e Ouvidos do rei () províncias do Império Persa

4-Por volta da segunda metade do século VI a.C., persas e medos uniram-se para formar um grande império. Essa unificação deu-se sob a liderança de :

- A() Ataxerxes
- B() Xerxes
- C() Dario II
- D() Ciro

5-O que caracterizou politicamente a Fenícia ?

6-Em que se baseava a economia das cidades fenícias ?

7-Qual foi a principal contribuição cultural dos fenícios ?

8-Os povos que chegaram na região da Palestina antes dos hebreus :

- A() caldeus
- B() egípcios e persas
- C() cananeus e filisteus
- D() todos estão certos

9-Atualmente o território da Antiga Palestina é ocupado por :

- A() Irã
- B() Iraque
- C() Israel
- D() nenhuma das alternativas

10-Foi o primeiro patriarca dos hebreus:

- A() Moisés
- B() José
- C() Abraão
- D() nenhuma das alternativas

BOA SORTE !

O império persa



no reinado de Dario, o império persa atingiu sua extensão máxima. Neste mapa, vemos a Estrada Real, ligando as cidades da Pérsia, a Sardes, na Ásia Menor.